

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA**

VANESSA CRISTINA SALVADOR

**NEOFASCISMO À BRASILEIRA:
DO SISTEMA POLÍTICO À MÁQUINA DE PROPAGANDA E DESINFORMAÇÃO**

**BAURU
2021**

VANESSA CRISTINA SALVADOR

**NEOFASCISMO À BRASILEIRA:
DO SISTEMA POLÍTICO À MÁQUINA DE PROPAGANDA E DESINFORMAÇÃO**

Dissertação de Mestrado
apresentado ao programa de Pós-
Graduação em Mídia e Tecnologia,
da Faculdade de Arquitetura, Artes,
Comunicação e Design da
Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho, para obtenção do
título de Mestre em Mídia e
Tecnologia sob a orientação do
Professor Associado Denis Porto
Renó.

**BAURU
2021**

Salvador, Vanessa Cristina.

Neofascismo à brasileira : do sistema político à máquina de propaganda e desinformação / Vanessa Cristina Salvador, 2021

87 f. : il.

Orientador: Denis Porto Renó

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru, 2021

1. Capitalismo de vigilância. 2. Desinformação. 3. Máquina de propaganda. 4. Mídia e tecnologia. 5. Neofascismo. I. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. II. Título.

VANESSA CRISTINA SALVADOR

**NEOFASCISMO À BRASILEIRA:
DO SISTEMA POLÍTICO À MÁQUINA DE PROPAGANDA E DESINFORMAÇÃO**

Dissertação de Mestrado
apresentado ao programa de Pós-
Graduação em Mídia e Tecnologia,
da Faculdade de Arquitetura, Artes,
Comunicação e Design, da
Universidade Estadual Paulista “Júlio
de Mesquita Filho”, para obtenção do
título de Mestre em Mídia e
Tecnologia sob a orientação do Prof.
Assoc. Denis Porto Renó.

Banca Examinadora:

Prof. Assoc. Denis Porto Renó
Presidente / Orientador / Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia
Unesp Bauru

Profa. Assoc. Maria Cristina Gobbi
Docente / Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia
Unesp Bauru

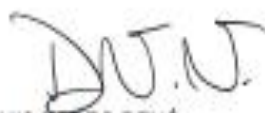
Profa. Dra. Andrea Versuti
Docente externo / Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade de Brasília

Resultado: APROVADA

Bauru, 30 de novembro de 2021.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VANESSA CRISTINA SALVADOR, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2021, às 14:30 horas, no(a) via sistemas de videoconferência e outras ferramentas para comunicação a distância, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de VANESSA CRISTINA SALVADOR, intitulada **Neofascismo à brasileira: do sistema político à máquina de propaganda política e de desinformação**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado DENIS PORTO RENÓ (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professora Associada MARIA CRISTINA GOBBI (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação Social / Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC - UNESP - Bauru/SP, Professora Adjunta ANDREA CRISTINA VERSUTI (Participação Virtual) do(a) Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação / Universidade de Brasília. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Professor Associado DENIS PORTO RENÓ

*Ao homem que mais me respeitou na
vida: Celso Roberto Salvador
Camacho, meu pai.
Em memória.*

e

*À mulher que eu conheço nove meses a
mais do que qualquer outro ser humano,
minha mãe: Maria Antonia de Jesus Lopes.*

Com amor, muito amor, para ambos.

Agradecimentos

Inicialmente, agradeço aos laboratórios e aos grupos de pesquisa das maiores universidades do país: Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC/UFES), Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR/Unicamp), Monitor do Debate Político no Meio Digital (GPoPAI/USP), DigiLabour (Unisinos), MediaLab (UFRJ), Centro de Pesquisa em Direito e Tecnologia (InternetLab), em especial à Mariana Valente e ao Francisco Brito por serem tão didáticos; Rede Latino-Americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS), Grupo de Estudos sobre Tecnopolíticas (UFABC) e ao ITS-RIO, fruto da iniciativa de Ronaldo Lemos. Agradeço também, de uma maneira completamente honrosa, o Grupo de Estudos sobre a Nova Ecologia dos Meios (GENEM/UNESP Bauru), coordenado pelo docente Denis Porto Renó, por ter me dado todo o suporte necessário durante o mestrado através de congressos, bolsa de pesquisa CNPq (usada para comprar o notebook com o qual eu escrevo essa dissertação), palestras, publicações e acolhimento, principalmente.

À Esther Solano (UNIFESP), David Nemer (Universidade da Virgínia e professor visitante em Harvard), Pablo Ortellado (USP), Sérgio Amadeu (UFABC) e Piero Leirner (UFSCar), os quais nunca me negaram conhecimento. Ao Luiz Eduardo Soares (UERJ), Marcelo Freixo (PSB) e Antonia Pellegrino, que abriram suas portas na época em que meu projeto ainda era sobre a Marielle Franco, sempre presente. Ao Bernardo Guerreiro, pelo incrível retrato que virou tatuagem e pelas histórias contadas sobre a “Mari” - como ele mesmo a chamava. E, obviamente, à própria Marielle Franco, vítima de um assassinato político brutal. Se eu pudesse te dizer algo em sonhos, diria: “Você é grande demais para ter uma dissertação vinculada a essa faculdade”.

Ao núcleo UFES: Janaina Leite, minha orientadora de TCC e doutoranda na Universidade do Minho, em Portugal. Logo mais a gente há de se reencontrar em um país que nos proporcione uma vida digna, tomando deliciosos vinhos. Saudades. Ao José Antonio Martinuzzo, o melhor professor que eu tive na vida: Freud explica. Obrigada pela amizade, pelo conhecimento, pelo carinho. Ao Cleber Carminatti, em memória. Jamais esquecerei sua rebeldia e sua sede por mudanças dentro da academia. Por fim, ao cara das mídias sociais: Fábio Malini. Nunca entendi como você transformou aquele cantinho do Cemuni 1 em um laboratório reconhecido internacionalmente. Voltando ao estado de SP, tudo fez sentido. A educação também salvou a minha vida, Malini. Ainda hei de trabalhar contigo.

Às editoras independentes, que fazem milagre para nos nutrir de leituras altamente críticas e atuais: Ivana Jinkings da Boitempo, Cauê Seignermarti da Autonomia Literária e Tadeu Breda da Editora Elefante. Em especial, agradeço de coração a toda equipe da Ria Editorial, de Portugal: criada em 2018, com o objetivo de disseminar o conhecimento científico de forma democrática, livre e gratuita. Tantos livros publicados em tão pouco tempo, tanto conhecimento disseminado, tantas oportunidades oferecidas. Ainda parece um sonho ter minha dissertação publicada por vocês.

Ao Alan Tomaz, que ousou entregar uma dissertação sobre “Bixas Pretas”. Você me superou no mestrado e esse é um dos maiores orgulhos da minha vida. Ao Ednan Gomes, cujos diálogos sobre os novos tempos me enchem de lágrimas e risos. Você é meu “parceiro de crime” nessa nova vida. E ao Rodrigo Moon, já no doutorado, que foi meu grande companheiro durante boa parte do mestrado. Juntos éramos incríveis.

Ao Nathan Maciel, cujas visões de mundo compartilhadas e a parceria nas reconstruções me fortalecem. Obrigada também por todas traduções durante o mestrado. Ao Hailton Ferraz, a quem eu confio meus pensamentos mais controversos e secretos. Ao José Augusto Barros de Florianópolis, membro da minha “velha guarda” mas sempre tão jovem de espírito. Ao Matheus Prestes, por ter me mostrado tantas oportunidades durante as intermináveis conversas das madrugadas: você é *mon amour* eterno. Ao Bruno Mannato, cuja inteligência (artificial e humana) me encanta: você é tesouro, baby. Ao Tiago Firmino, que escancarou as portas da Medicina da UNESP Botucatu, fez morada no Emílio Ribas e está voando no mestrado da Santa Casa: você é exemplo, Marga. Ao Marcus de Oliveira, Doutor pela UFF, o diamante negro que Portugal me deu. Ao Daniel Oliveira, ex-PPGMiT, que me prova constantemente que nunca é tarde para mudar de área. Ao Marcos do Canadá, cuja audácia de construir uma sociedade mais justa me fascina. Ao Ricardo Aiolfi, meu anjo da guarda de Vitória: você me provou que seguir padrões é só para quem tem medo de mudanças. Ao Giovanni Giocondo, o megafone ambulante da Unesp Bauru, meu queridíssimo amigo. Ao Cacá Mello, ex-Conversa Afiada e atual Carta Capital, cujas trocas políticas fizeram eu me sentir menos sozinha nesse percurso. Ao Robson Thor, cujos banhos de cachoeira me energizaram para a pesquisa. Ao Alessio Di Pascucci, cuja sensibilidade nunca me cansa: você é meu artista preferido. Ao Rogério do Espírito Santo, por transformar traumas em pesquisa acadêmica. Você é foda e eu te admiro muito. Ao Marquito

coração & Jéssica Salvattori, casal o qual eu tive a honra de ser madrinha. Finalmente, agradeço ao Lucas Lauar, que me deu o privilégio de acompanhar toda sua metamorfose. Que processo doloroso e honesto, querido.

ÀS MINA PÁ: Rebeca Machado, Amanda Leandro, Maria Fernanda Laurent, Ana Sharp, Thaisa Gomes, Giu Koyama e Carol Vicentini. Tenho apenas quatro palavras para vocês: “Que comece o matriarcado!”. Um agradecimento especial à Catarina Carneiro, minha grande amiga de Vitória, que como chefe me ensinou a voar sem precisar derrubar ninguém.

Núcleo UNESP Bauru: ao Silvio Decimone, cuja gentileza e respeito aos discentes deixam a FAAC mais bonita. Ao Dorival Rossi, o ruído da Unesp Bauru. Dorival é muito intenso, muito ousado, muito tudo. A velocidade com que ele se reinventa profissionalmente é impressionante. Dorival é inovação. Ao Osvando, o erudito. Eu nunca soube falar de Platão, muito menos sei falar russo. Mas respeito quem o faz porque exige dedicação e disciplina. Muito obrigada pelo acolhimento em 2018. Ao grande Ricardo Nicola, cujo preconceito e discriminação lhe tirou muitos anos: em vida e em sua partida. Mais uma vítima do bolsonarismo.

À banca: Maria Cristina Gobbi, minha querida mãe de aluguel, rainha da produtividade, exemplo de mulher e dona do currículo interminável nas lives. Aprendi com o movimento secundarista de 2015 que “Somos nós por nós!”. Estamos juntas, sempre. À Andrea Versuti, que me impressionou com tamanha inteligência e agilidade na reunião com os galegos. Dizem que o céu de Brasília é lindo, então vou me lembrar de você assim: a mulher competente de sorriso bonito que consegue tocar o céu.

Ao meu amadíssimo orientador, Denis Porto Renó. Só existe uma certeza na orientação: mais cedo ou mais tarde, vai dar ruim. Porque orientação também é uma relação e crises fazem parte. Por isso, tem um ingrediente que não pode faltar nessa parceria: a tal LEALDADE. Que é confiar de olhos fechados, acreditar, se meter numa roleta russa pela dupla. E honrar, sempre honrar. Você foi tanto, Denão. Foi tantos. Na real, foi bem mais do que deveria ser. Orientação é loteria e não é à toa que eu vou te levar pro resto da minha vida. Muito obrigada por absolutamente tudo.

Ao CAPS 1, que nunca soltou minhas mãos nem minha alma. Se tem uma instituição pública que ainda funciona plenamente nesse país é o CAPS. Agradeço à Thais, ao Leandro e à recém chegada Júlia, que são completamente diferentes nas abordagens, mas que me ajudaram tanto - cada um à sua maneira.

Agradecimento especial à Camila, minha psicóloga. Camila é a pessoa que mais me conhece na vida. Obrigada, obrigada, muito obrigada.

À minha família paterna, de Botucatu. Tia Celi, por me encher de carinho. Sou bonita porque sou o seu reflexo. Tia Carmen, pelas incríveis histórias de família. Teu coração é tão grande que tem quantas vidas for preciso. Leandro Salvador, meu primo do coração e meu cúmplice na política. Rafael Ramagnoli, o primo mais ousado e o mais presente. Te amo, Rafa. Melissa Romanholi e Felipe Romanholi: obrigada por tudo que vocês fizeram pelo meu pai, serei eternamente grata. Tio Cal, que tantas vezes me levou ao aeroporto nos tempos de Vitória: sem você, a graduação seria impossível. Tio Carlinhos & Tia Raquel, distantes mas extremamente queridos. Giovanna e Manuella, a nova geração da família que já nos enche de orgulho. E à vó Emília, em memória. Belíssima, dedicada, gentil e sempre tão amável. Uma fortaleza que criou os filhos sozinha com garra e coragem. Obrigada por tantos convites e por continuar cuidando do pai aí de cima.

À Letícia Salvador, minha irmã. Somos tão diferentes, mas compartilhamos anos tão importantes juntas. Te tirar deste agradecimento seria esconder uma parte preciosa da minha história. Ao Tio Nenê, o único membro da família a entrar pela porta da frente no maior Ministério Público do país. Poucos nessa vida sabem o que é ter poder e continuar tendo caráter. À Tia Cida, intocável mas determinada. Chegar onde você chegou profissionalmente é para os grandes. Pode não parecer, mas eu gosto de você. E à vovó Teresinha, que não conseguirá acompanhar minha caminhada no doutorado, mas que está conosco neste mestrado: lutando, lutando... como fez a vida inteira, de Minas a São Paulo. Esta dissertação também é pra você, vó. A senhora, além de inspiração, é a base da nossa família.

À minha amada mãe, inteligentíssima, rainha das crases e do bom uso da língua portuguesa. Eu passei a vida inteira tentando te entender e chamar a sua atenção. Esta dissertação é mais uma tentativa.

Por fim, agradeço ao homem mais importante da minha vida. Meu pai viveu pouco, mas foi intenso. E bota intensidade nisso. Seu grande desejo? Que os filhos o superassem, em tudo. Quando nós três pisamos em uma universidade, sua meta de vida estava cumprida. Conquistar este título de mestra é algo que, definitivamente, não estava nos planos. Nunca sequer cogitamos. Mas se te barraram na última banca de mestrado da família, sua filha caçula está aqui pra reparar essa injustiça. Celso Roberto Salvador Camacho, este mestrado é único e exclusivamente pra você. EU TE AMO.

“Há um incêndio no interior de um teatro. O palhaço sobe ao palco para avisar o público; eles pensam que é uma piada e aplaudem. O palhaço repete e é aplaudido com mais entusiasmo. É como eu penso que o mundo chegará ao seu fim: sendo aplaudido por testemunhas que acreditam que tudo não passa de uma piada.”

- Søren Kierkegaard (apud Jessé Souza, 2020)
Ou isto ou aquilo

Resumo

Esta dissertação apresenta um estudo sobre a ascensão do neofascismo no Brasil a partir das eleições de 2018, investigando desde o sistema político até a máquina de propaganda e desinformação que alimenta o fenômeno. Este estudo justifica-se pela crise política de grandes proporções que tomou conta do Brasil a partir de junho de 2013, iniciada com protestos de rua contra o aumento das tarifas de ônibus e, rapidamente, se transformando em manifestações contra o governo federal. Desde então, as mídias sociais digitais, que antes eram utilizadas para conectar pessoas com interesses em comum e compartilhar conhecimento, tornaram-se ambientes com debates cada vez mais polarizados, próprios para a disseminação de desinformação e discursos de ódio. Foram estudados conceitos que serviram de base para a dissertação, como a crise da democracia representativa, a ascensão de líderes autoritários, o fascismo clássico, o capitalismo de vigilância, as *Big Techs*, a economia da atenção e, finalmente, o fenômeno da pós-verdade no meio digital. O objetivo da dissertação foi constatar como funciona a máquina de propaganda política e de desinformação em atividade no país. Esta pesquisa, de caráter exploratório, adota como procedimento metodológico o estudo do caso, através de revisão bibliográfica e conversas com pesquisadores da área. Os resultados apontam para um ambiente virtual cada vez mais divisivo e alimentado por guerras informacionais, que pode não só levar líderes com tendências autoritárias ao poder, como permitir que eles colapsem a democracia caso sejam reeleitos. Por isso, foi necessário listar os atores usuais responsáveis pelo caos informacional e investigar como a arquitetura das grandes plataformas ajudam a disseminar conteúdos desinformativos e isolar os usuários em bolhas virtuais. Espera-se, com o resultado deste estudo, que novas pesquisas sejam desenvolvidas sobre o tema, tendo em vista a eleição presidencial de 2022 que deve ser fundamental para a sobrevivência da democracia brasileira.

Palavras-chave: capitalismo de vigilância; desinformação; máquina de propaganda; mídia e tecnologia; neofascismo.

Abstract

This thesis examines the rise of neo fascism in Brazil as of 2018 presidential elections, investigating from the political system itself through the propaganda and disinformation machine feeding this phenomenon. This study is justified by the political crises of great proportions that took place in Brazil after June 2013, when street protests against the increase in bus fares rapidly transformed into protests against the federal government. Since then, digital social media, used before just for connecting people with the same interests and sharing knowledge, became an environment increasingly more polarized for debate and more prone to the dissemination of hate speech and disinformation. As the conceptual basis for this thesis, I study the crisis of representative democracy, the rise of authoritarian leaders, classical fascism, surveillance capitalism, the rise of the Big Techs, attention economy and, finally, the post-truth phenomenon in the digital environment. The goal was to explore how the hate speech and propaganda machine works in contemporary Brazil. This exploratory research adopts case study as its methodological procedure, through bibliographical review and conversations with researchers in the field. Results show a progressively more divisive digital environment, fed by information warfare and capable of not only conducting authoritarian leaders to power, but also allowing them to collapse democracy when reelected. Therefore, it was necessary to list usual actors in this informational chaos and to investigate how the architecture of big digital platforms helps in disseminating disinformation and isolating its users on social bubbles. I hope, as a result of this study, that new research be developed on this issue, bearing in mind that the 2022 presidential elections may be pivotal for Brazilian democracy survival.

Keywords: disinformation; media and technology; neo fascism; propaganda machine; surveillance capitalism.

Figuras

Figura 1: Capa da revista <i>Time</i> após o vazamento do <i>The Facebook Files</i>	39
Figura 2: <i>Fake check</i> sobre “mamadeiras eróticas” para crianças.....	44
Figura 3: Ecosistema midiático dos Estados Unidos.....	62
Figura 4: Ecosistema midiático do Brasil.....	63
Figura 5: Post da senadora Elizabeth Warren sobre as <i>Big Techs</i>	69

Tabelas

Tabela 1: Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário.....	26
Tabela 2: Possíveis arranjos de grupos políticos neofascistas.....	32
Tabela 3: Cronologia dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2011.....	46

Sumário

Introdução.....	14
Capítulo 1. Sobre a metodologia.....	17
1.1. Fundamentação metodológica.....	17
Capítulo 2. O colapso das democracias.....	20
2.1. Crise de legitimidade do sistema político.....	21
2.2. Autoritarismo e a morte das democracias representativas.....	24
2.3. Ur-fascismo x Neofascismo.....	31
Capítulo 3. O colapso da verdade.....	37
3.1. A era da pós-verdade.....	40
3.2. Vigilância em massa.....	45
3.2.1. Tecnologias de controle.....	47
3.2.2. Capitalismo de vigilância.....	49
3.2.3. <i>Big techs</i> e a economia da atenção.....	50
3.3. Liberdade / Privacidade x Segurança.....	52
3.4. Criptografia e mensageria privada.....	53
Capítulo 4. Máquina de propaganda e desinformação.....	56
Conclusões.....	65
Referências.....	75
Anexo 1. Declaração de abertura de Frances Haugen no Senado dos EUA.....	80
Anexo 2. Arte é política: Anjos Tronchos, por Caetano Veloso.....	84
Anexo 3. Duas livrarias e uma cidade, por Leandro Karnal.....	85

Introdução

Em outubro de 2018, Jair Messias Bolsonaro (ex-PSL, atual PL), consagrou-se vitorioso no segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, tornando-se o 38º Presidente da República. Na disputa, o candidato de extrema-direita conquistou 55,54% dos votos válidos contra 44,87% do candidato de centro-esquerda, Fernando Haddad (PT). O pleito resultou em uma intensa polarização no debate político, com denúncias de financiamento ilegal de campanha, ataques virtuais coordenados contra adversários, propagação de desinformação em massa e discursos de ódio, transformando o Brasil em mais um caso onde um candidato conservador populista de extrema-direita foi eleito.

Assim, tornou-se necessário compreender como um capitão reformado, deputado federal pelo Rio de Janeiro durante sete mandatos consecutivos, conhecido pela sua infidelidade partidária e por pertencer ao baixo clero do Congresso, acusado de manter funcionários fantasmas em seu gabinete em um esquema de corrupção conhecido popularmente como “rachadinha”, suspeito de envolvimento com as milícias cariocas, transformou-se em um forte candidato à presidência considerado *anti-establishment*, representante da Lei e da Ordem e chamado de “mito” por parte do eleitorado brasileiro.

Para isso, foi necessário compreender como a população brasileira informa-se nos dias atuais. Se no passado isso acontecia de uma maneira passiva e unidirecional - através de noticiários da TV aberta e de jornais tradicionais impressos -, com a revolução digital e as novas tecnologias vigentes os cidadãos passaram a se informar virtualmente e a compartilhar conteúdos que consideram relevantes. Dessa maneira, os usuários das mídias sociais ganharam voz, tornaram-se ativos e multiplicadores no processo de comunicação e fundamentais no ecossistema midiático. Entretanto, também se transformaram em alvos fáceis de grupos que disseminam visões de mundo enviesadas e irreais. Por isso, foram analisadas as máquinas de propaganda política e de desinformação, seu modo de operação e os principais agentes envolvidos nessa arquitetura de rede.

Para o projeto, foram utilizados conceitos de estudiosos de democracias representativas, sistemas políticos, rupturas democráticas e movimentos fascistas, como Achille Mbembe (2018), David Runciman (2018), Jason Stanley (2019), Leandro Konder (1979), Manuel Castells (2018), Umberto Eco (2018), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018). A importância das novas tecnologias digitais, o modelo de negócios das

Big Techs, a arquitetura de comunicação das mídias sociais e o capitalismo de vigilância foram debatidos com os argumentos de Brittany Kaiser (2020), Edward Snowden (2019), Evgeny Morozov (2018), Julian Assange (2013), Marta Peirano (2020), Sérgio Amadeu da Silveira (2021) e Shoshana Zuboff (2020). Por fim, para se compreender a pós-verdade, a desinformação, as máquinas de propaganda política e os discursos de ódio foram utilizados os estudos de Giuliano da Empoli (2019), Fábio Malini (2021), Matthew D'Ancona (2018), Michiko Kakutani (2018), Pablo Ortellado (2021) e Yuval Noah Harari (2018).

O capítulo 1 descreveu o desenvolvimento da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados que colaboraram com a obtenção dos resultados de forma comprometida com a ciência, tais como: pesquisa bibliográfica como procedimento de base, pesquisa documental que auxiliou na investigação sobre as estratégias historicamente adotadas para a construção do sentimento de ódio a partir de técnicas da publicidade. Por fim, o estudo do caso utilizou estratégias como a observação direta dos eventos e conversas com pessoas envolvidas como fontes de pesquisa.

O capítulo 2 analisou como se dá o colapso das democracias na contemporaneidade - não mais através de golpes militares e tanques de guerra nas ruas com perseguições e assassinatos. Assim, foi necessário entender o porquê da crise de legitimidade do sistema político, da descrença da população com as instituições democráticas e com as elites tradicionais. Posteriormente, explorou-se o avanço do autoritarismo através de líderes conservadores populistas, com maior foco nos continentes americano e europeu. Por fim, foi feita uma análise sobre o fascismo clássico do século 20 e os seus diferentes arranjos que configuram o neofascismo do século 21.

O capítulo 3 investigou como se dá a morte da verdade nos dias atuais, em um fenômeno chamado pós-verdade, através de técnicas de manipulação próprias da linguagem publicitária. Também foi pesquisado o novo modelo de negócios informacional baseado na economia da atenção criado pelas *Big Techs*, que atualmente são as empresas mais lucrativas do mundo tendo os dados dos usuários como seu principal ativo. Consequentemente, chegou-se ao capitalismo de vigilância, cujo capital é obtido através de um sistema de vigilância em massa que transformou os usuários em “objetos de uma operação de extração de matéria-prima tecnologicamente avançada”. (ZUBOFF, 2020)

Finalmente, o capítulo 4 dedicou-se a entender como funciona a máquina de

propaganda e desinformação do século 21, como ela se retroalimenta e os atores responsáveis pela desordem informacional nesse novo arranjo sociotecnopolítico. Também foram analisadas as técnicas de propaganda utilizadas por candidatos populistas e seus estrategistas para alimentar a polarização e as guerras informacionais.

Para concluir, além da revisão bibliográfica, foram analisados documentos com as denúncias de delatores para, a partir daí, propor soluções legislativas e tecnológicas que regularizem as plataformas, limitem seu poder e tornem públicas suas arquiteturas de rede. Dessa forma, seria possível limitar a atuação de políticos com tendências autoritárias que utilizam as tecnologias digitais para difundir ideias antidemocráticas e alimentar o caos informacional na sociedade.

Capítulo 1. Sobre a metodologia

Com a motivação de entender como estruturas e estratégias midiáticas contribuíram para a ascensão da extrema-direita no Brasil com o auxílio das novas tecnologias digitais, foi necessário pensar em um projeto apoiado em um complexo metodológico que respondesse às ambições da pesquisa. Para tanto, com o objetivo geral de compreender o modo de operação da extrema-direita brasileira apoiada em um aparato tecnológico, foram definidos os seguintes objetivos específicos: mapear o modo de operação das máquinas de propaganda política e de desinformação; identificar quais são as mídias sociais digitais mais utilizadas pela população brasileira para se informar e compartilhar conteúdo; e compreender como se cria a irreabilidade disseminada pelas milícias digitais.

O projeto não foi pensado de forma aleatória, e sim de forma justificada. Por muitos anos, as mídias sociais digitais foram utilizadas para conectar pessoas através do compartilhamento de pensamentos cotidianos, fotos, vídeos, reflexões e até mesmo atividades rotineiras. Não demorou muito para que tribos com interesses em comum se conectassem e se organizassem através de comunidades virtuais. Porém, a partir de junho de 2013, o Brasil passou a viver uma crise política de grandes proporções. Iniciada com manifestações de rua contra o aumento das tarifas de ônibus, rapidamente os protestos se voltaram contra o governo federal e o combate à corrupção estatal. Desde então, as mídias sociais tornaram-se ambientes com debates políticos cada vez mais polarizados, próprios para a disseminação de falsas narrativas por grupos extremistas e a criação da irreabilidade.

A condução deste projeto foi pensada para aferir a hipótese do mesmo. Acreditava-se que através de estratégias fascistas, as milícias digitais tornaram-se uma importante arma política para a ascensão da extrema-direita no Brasil, fundamental para a construção do sentimento de ódio entre a população.

1.1. Fundamentação metodológica

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado a partir de uma seleção de procedimentos metodológicos que colaboraram com a obtenção dos resultados de forma sólida e comprometida com a ciência. Para tanto, foram desenvolvidas etapas compreendidas pela pesquisa bibliográfica. Segundo Ida Stumpf (2006, p.51), “é o levantamento global inicial de qualquer trabalho de investigação que resulta a

identificação e obtenção da bibliografia pertinente sobre o tema, até a apresentação de um texto sistematizado (...). Ainda sobre o tema, a autora complementa:

Em um sentido específico, é um conjunto de procedimentos que busca identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou arquivo das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico. Algumas vezes, se trata da única técnica utilizada na elaboração de um trabalho acadêmico, mas pode também ser uma etapa fundamental e primeira de uma investigação que adota dados empíricos, quando sua produção recebe a denominação de referencial teórico, revisão de literatura ou similar. (STUMPF, 2006, p.51)

Porém, a pesquisa bibliográfica é apenas um procedimento de base. A partir dela, e em conjunto com uma pesquisa documental com os depoimentos de delatores, foi desenvolvida uma pesquisa que relacionou as estratégias historicamente adotadas pela humanidade em situações de construção do sentimento de ódio a partir de técnicas publicitárias. A partir desse resgate histórico, foi possível construir indícios que nos levam a compreender o papel da máquina de propaganda política e de desinformação brasileira.

Além disso, a pesquisa foi realizada através de procedimentos comuns no estudo do caso, com base nas propostas apresentadas por Yin (2010). Segundo o autor, o método pode ser utilizado para três finalidades: exploratória, descritiva e explanatória. A escolha do estudo do caso em detrimento de outros métodos, no entanto, depende das perguntas que se pretende responder com a pesquisa. Para o autor, as questões que mais conduzem os pesquisadores a optar pelo estudo de caso são as que “lidam com os vínculos operacionais que necessitam ser traçados ao longo do tempo, mais do que as meras frequências ou incidências” (Yin, 2010, p.30). Ainda de acordo com Yin (2010), o estudo de caso é o método preferido para examinar aqueles eventos contemporâneos nos quais os comportamentos relevantes não podem ser manipulados. Assim como o método histórico, o estudo de caso é capaz de lidar com um leque amplo de evidências, mas vai além ao utilizar técnicas como a observação direta dos eventos e conversas com pessoas envolvidas como fontes de pesquisa.

A dissertação reflete os resultados de uma pesquisa que aconteceu durante a pandemia da COVID-19, com todas as dificuldades físicas, sanitárias e emocionais provocadas pela enfermidade. Ademais, uma pesquisa que estudou um

caso político e social em tempo real, o que dificultou ainda mais o estudo. Entretanto, acredita-se que o documento logra contribuir com a ciência, ainda que com os diversos e constantes ajustes na proposta original. Espera-se, com o texto aqui apresentado, que novos projetos de pesquisa sobre a temática sejam realizados.

Capítulo 2. O colapso das democracias

As primeiras décadas do século 21 foram marcadas por diversos avanços progressistas e importantes conquistas civilizatórias. Aconteceu uma verdadeira revolução social em muitos países, principalmente no Ocidente. A globalização dos anos 90 ainda imperava, o fluxo de pessoas entre os blocos econômicos era intenso, havia livre circulação de mercadorias e de serviços, e reparações históricas avançavam.

Em contrapartida, houve descontentamento por parte das elites pré-estabelecidas. Os donos do dinheiro começaram a se incomodar com as mudanças nas configurações sociais e nas leis trabalhistas, os proprietários dos meios de comunicação tradicionais viram seus lucros e sua credibilidade diminuírem com a ascensão da internet, a elite intelectual passou a dividir espaços com grupos subalternizados e a elite política acompanhava com apreensão líderes progressistas assumirem os mais altos cargos do Legislativo e do Executivo.

Um negro foi eleito presidente da maior democracia do mundo, um operário nordestino chegou ao poder seguido de uma mulher que se tornou a primeira presidenta da principal economia latino-americana, um indígena elegeu-se chefe do Executivo de um país estratégico pelas riquezas naturais, um papa argentino foi escolhido pelos seus pares para modernizar a Igreja Católica. Importantes avanços socioeconômicos ocorreram no Ocidente e países em desenvolvimento começaram a prosperar. Investimentos na ciência, tecnologia e educação fortaleceram a soberania nacional. Grupos marginalizados começaram a ser incluídos no orçamento. Consequentemente, novos arranjos familiares foram legitimados e começaram a impactar diretamente o mercado de trabalho.

Com isso, os grupos dominantes consideraram que estavam perdendo seus privilégios e partiram para uma contrarreação. A crise econômica dos Estados Unidos, ocorrida em 2008 com grande impacto mundial, foi o momento ideal para as elites reagirem e instalarem o caos: estimulando os piores sentimentos em populações cada vez mais ressentidas e empobrecidas, propagando a política divisionista do nós (população) x eles (representantes das instituições democráticas), normalizando a violência política e os discursos de ódio e, além disso, aliando-se a políticos com tendências autoritárias para a manutenção do poder e a destruição dos direitos sociais.

2.1 Crise de legitimidade do sistema político

“Sopram ventos malignos no planeta azul”, alerta o sociólogo espanhol e criador do conceito de sociedade em rede Manuel Castells (2018, p.10). Em meio a diversas crises que tomaram conta do mundo (política, econômica, social, moral, cultural, institucional, ecológica, climática, entre outras), a crise mais profunda de todas é a ruptura entre governantes e governados, que não trata apenas do rompimento da população com governos de esquerda ou de direita. Para Castells (2018), “Trata-se do colapso gradual de um modelo político de representação e governança”. A população não se sente mais representada por esse modelo democrático, percebe-se negligenciada pelo sistema e desconfia das instituições, que parecem contemplar apenas os interesses de quem detém o poder, ou seja, da classe dominante, deixando de proteger a população enquanto sociedade.

Contudo, como bem definiu o ex-primeiro ministro inglês Winston Churchill, “A democracia é a pior forma de governo que existe, com exceção de todas as outras experimentadas de tempos em tempos”. Por isso, a população continua defendendo o ideal democrático, mas não acredita mais no atual modelo de representação que parece ter atingido o seu limite: a democracia liberal - ou democracia representativa, como é definida no Brasil.

A saber: respeito aos direitos básicos das pessoas e aos direitos políticos dos cidadãos, incluídas as liberdades de associação, reunião e expressão, mediante o império da lei protegida pelos tribunais; separação de poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário; eleição livre, periódica e contrastada dos que ocupam os cargos decisórios em cada um dos poderes; submissão do Estado, e de todos os seus aparelhos, àqueles que receberam a delegação do poder dos cidadãos; possibilidade de rever e atualizar a Constituição na qual se plasman os princípios das instituições democráticas. E claro, exclusão dos poderes econômicos ou ideológicos na condução dos assuntos públicos mediante sua influência oculta sobre o sistema político. (CASTELLS, 2018, p.11-12)

A esse gradual colapso democrático somou-se a maior crise sanitária mundial da nossa época, a pandemia da COVID-19, que ceifou milhares de vidas, agravou a crise econômica mundial e escancarou a questão da desigualdade social, além de estimular um controle mais rígido das fronteiras entre as nações e a contenção no fluxo de pessoas.

Segundo Castells (2018), a crise de legitimidade política, que tem levado vários países a rupturas democráticas, nasceu do sentimento generalizado de que as instituições e os atores tradicionais do sistema político não representam mais os interesses da sociedade. À medida que esse sentimento ganha força na mente das pessoas, elas passam a reivindicar uma real representação política e procurar alternativas para construir outro modelo democrático. E assim a defesa da democracia liberal é substituída pela reivindicação de uma democracia real. Por isso, tudo que representa o *establishment*, isto é, a ordem política, econômica e ideológica que constitui o Estado, causa descrença dos cidadãos.

A começar pelos partidos políticos tradicionais. Castells (2018) afirma que “Na raiz desse novo panorama político (...) mundial, está a distância crescente entre a classe política e o conjunto dos cidadãos”. Para a população, os partidos políticos esvaziaram-se de sentido diante de tantas disputas, do excesso de burocratização interna e da explosão de escândalos. Outro ponto é que mesmo se diferenciando em seus programas, os partidos trabalham para manter o monopólio do poder dentro de um quadro já desenhado internamente. Assim, a política se profissionaliza e esses atores sociais transformam-se em uma classe política mais interessada em manter seu oligopólio do que atender às necessidades da população e fortalecer as instituições. Com isso, “o sistema funciona autonomamente em relação aos cidadãos.” (CASTELLS, 2018, p.13)

Então se observa que mesmo diante de algumas mudanças nos cargos políticos, quem toma as decisões internas e dita as diretrizes ainda são os velhos caciques, isto é, políticos tradicionais que visam a manutenção do poder e da estrutura hierárquica partidária. Nesse sentido, muitas vezes jovens candidatos, militantes e eleitores tornam-se um problema para os partidos diante das constantes reivindicações de democratização e reforma partidária interna.

Também há a percepção de enfraquecimento do Estado, evidenciando a confusão dos cidadãos entre o papel do Estado e dos governos. Através da *política do escândalo*, principalmente pautada pelo combate à corrupção, a sociedade começa a se indignar com as instituições e não com quem atua nelas. Muitas vezes essa revolta mistura-se à proposta de minimização das funções do Estado e de suas instituições, e assim a agenda de privatizações ganha força. (CASTELLS, 2018)

Esse sentimento negativo em relação às instituições de Estado funde-se à descrença com outras instituições tradicionais, tais como: o sistema político, que na

verdade é ocupado por quem detém o poder; a igreja católica, cada vez mais enfraquecida com o avanço evangélico; a comunidade científica, que é vista com receio pelo seu elitismo - o que colabora com o discurso anti-intelectualismo de grupos reacionários; as elites econômicas estabelecidas, que se aproveitam das crises para aumentarem suas riquezas e explorarem a classe trabalhadora; e também os grandes meios de comunicação, controlados pelos interesses dos grupos financeiros que os possuem.

A essa crise de representação dos interesses se une uma crise identitária como resultante da globalização. Essa ideia é compartilhada por Castells (2018), que a defende baseado na *política do medo e do ódio*. O final do século 20 experimentou um intenso processo de globalização com a criação de blocos econômicos que impulsionaram a livre circulação de pessoas, mercadorias e serviços entre os países. Entretanto, um episódio dramático marcou o início do século 21: os ataques contra os Estados Unidos no dia 11 de setembro de 2001, quando terroristas fundamentalistas islâmicos da Al-Qaeda sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros e os lançaram contra importantes centros de poder.

A partir daí, iniciou-se uma guerra contra o terrorismo tendo como alvos grupos extremistas do Oriente Médio. Com isso, muitos grupos étnicos, raciais e religiosos passaram a ser estigmatizados em países ocidentais, o que fortaleceu o sentimento de angústia existencial entre pessoas que começaram a se sentir estrangeiras dentro de seus próprios países, o que gerou radicalizações. Aproveitando-se disso, terroristas islâmicos cooptaram muitas pessoas para integrar suas milícias no Oriente, treiná-las e então promover ataques terroristas no Ocidente, principalmente na Europa. Dessa maneira, instalou-se a *política do medo*.

O medo é a mais poderosa das emoções humanas. E sobre essa emoção atua o terrorismo indiscriminado, aquele que mata, mutila, fere, sequestra ou aliena em qualquer tempo e espaço para aninhar o medo na mente das pessoas. Seus efeitos sobre a política são profundos, porque onde há medo surge a política do medo. A saber, a utilização deliberada do óbvio desejo que as pessoas têm de proteção para estabelecer um estado de emergência permanente que corrói e por fim nega na prática as liberdades civis e as instituições democráticas. Terrorismo, medo e política (...) foram ocupando nas duas últimas décadas o frontispício da vida cotidiana. (CASTELLS, 2018, p. 29)

A retórica da *guerra ao terror* alastrou-se pelo Ocidente simultaneamente à

ascensão de líderes progressistas em vários países. Esses governos foram responsáveis por importantes mudanças sociais, como por exemplo: avanço da agenda de direitos humanos, aumento do poder de consumo de populações subalternizadas, implementação de projetos socioeconômicos para reparação de grupos excluídos, maior investimento nas áreas de ciência, tecnologia e educação, e avanço da soberania dos países em desenvolvimento. Porém, essas conquistas civilizatórias começaram a provocar a ira de grupos que detinham o poder e que, de repente, sentiram-se abandonados pelo sistema. Esses grupos dominantes achavam que as suas identidades estavam sendo negligenciadas, a classe média revoltou-se por começar a dividir espaços com grupos mais pobres e a elite percebeu que o avanço da agenda progressista trazia uma ameaça à sua hegemonia econômica.

Aproveitando-se da insatisfação popular com as instituições, forças reacionárias começaram a estimular o imaginário coletivo a enxergar o outro - aquele pertencente a grupos historicamente marginalizados e até mesmo o estrangeiro - como uma ameaça existencial. Junto às crises já existentes, isso provocou uma mudança de mentalidade na sociedade e impactou, inclusive, a relação entre países considerados aliados. Consequentemente, pontes começaram a ser destruídas e mostrou-se cada vez mais urgente a construção de fronteiras - imaginárias ou reais - para a proteção das identidades e da soberania das nações. Com isso, sentimentos criminosos vieram à tona, como racismo, xenofobia, misoginia, homofobia, transfobia, intolerância e ódio. (CASTELLS, 2018)

Entretanto, dentro do sistema político faltavam personagens que verbalizassem esses sentimentos sem pudor para assim legitimá-los diante da opinião pública. Aproveitando-se dessas emoções negativas, surgiram os líderes populistas e os partidos extremistas com discursos baseados na lei e na ordem, cuja austeridade promete levar a nação de volta ao seu passado glorioso.

2.2. Autoritarismo e a morte das democracias

No século 21, a subversão da democracia ocorre de maneira quase imperceptível - começando nas urnas e não mais no quartel militar. Líderes políticos, presidentes e primeiros-ministros são eleitos democraticamente e utilizam as próprias instituições para erodir a democracia, de dentro para fora, através de meios constitucionais legais. Ainda existem eleições, há partidos políticos, ocorre troca de

poder no governo, o Congresso segue em atividade e a Constituição continua em vigor, mesmo que reinterpretada e parcialmente corrompida. Por isso, neste tópico serão utilizados os argumentos do livro *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) - pesquisadores da Universidade de Harvard, que focam seus estudos nos continentes americano e europeu.

No passado, os colapsos democráticos foram liderados por autocratas como Benito Mussolini na Itália, Adolf Hitler na Alemanha, Alberto Fujimori no Peru, Hugo Chávez na Venezuela, entre outros. Alguns exemplos mais recentes são: Vladimir Putin na Rússia, Recep Erdoğan na Turquia, Viktor Orbán na Hungria, Andrzej Duda na Polônia, Rodrigo Duterte nas Filipinas e Narendra Modi na Índia.

O partido de Recep Erdoğan chegou ao poder na Turquia em 2002, mas somente em 2007 o regime tornou-se autocrata. Hugo Chávez foi eleito democraticamente em 1998 na Venezuela e somente em 2006 tornou-se nítido o caráter autoritário do regime. Na Hungria, Viktor Orbán demorou anos para começar a perseguir seus adversários, prendendo muitos deles, atacando impiedosamente o Poder Judiciário, censurando a imprensa e aniquilando o pensamento crítico nas universidades – inclusive com o fechamento da Universidade Centroeuropeia na capital Budapeste, fundada pelo investidor e filantropo húngaro-estadunidense George Soros. Na Polônia, Andrzej Duda gradualmente transformou a negação do Holocausto em política de Estado. Já nas Filipinas, Rodrigo Duterte fez da execução sumária e da perseguição à imprensa mecanismos para intimidar a população. Dessa forma, devido à sutileza no processo de aparelhar ou enfraquecer instituições para aumentar gradativamente os poderes do líder político, muitos cidadãos não percebem que a democracia corre risco.

Assim, Levitsky & Ziblatt (2018) propõem soluções para proteger as democracias contemporâneas. Primeiro, é preciso evitar que políticos autoritários sejam eleitos, por isso é importante identificá-los ainda enquanto candidatos. Para isso, os pesquisadores de Harvard recorreram aos estudos do cientista político Juan Linz. Nascido na Alemanha durante a República de Weimar, Linz foi criado na Espanha durante a Guerra Civil e dedicou sua carreira profissional para descobrir como as democracias chegam ao fim. Em 1967, publicou o livro *The Breakdown of Democratic Regimes* (apud LEVITSKY & ZIBLATT, 2018), no qual propôs o que chamou de teste decisivo para identificar comportamentos autoritários. Após a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, Levitsky & Ziblatt revisaram esse

teste e publicaram uma versão atualizada.

O teste apresenta quatro tipos de comportamentos autoritários que devem ligar um sinal de alerta na população, mesmo quando apenas um dos comportamentos é identificado no candidato. O primeiro é a recusa em respeitar as regras democráticas do jogo. O segundo é a negação da legitimidade dos adversários políticos. A tolerância ou incentivo à violência é a terceira característica. A quarta é o desejo de restringir a liberdade civil dos críticos, incluindo os meios de comunicação. Na tabela a seguir, esses comportamentos são detalhados para que seja possível uma melhor compreensão e identificação dos mesmos.

Tabela 1: Os quatro principais indicadores de comportamento autoritário

1. Rejeição das regras democráticas do jogo	Os candidatos rejeitam a Constituição ou expressam disposição de violá-la? Sugerem a necessidade de medidas antidemocráticas, como cancelar eleições, violar ou suspender a Constituição, proibir certas organizações ou restringir direitos civis ou políticos básicos? Buscam lançar mão (ou endossar o uso) de meios extraconstitucionais para mudar o governo, tais como golpes militares, insurreições violentas ou protestos de massa destinados a forçar mudanças no governo? Tentam minar a legitimidade das eleições, recusando-se, por exemplo, a aceitar resultados eleitorais dignos de crédito?
2. Negação da legitimidade dos oponentes políticos	Descrevem seus rivais como subversivos ou opostos à ordem constitucional existente? Afirmam que seus rivais constituem uma ameaça, seja à segurança nacional ou ao modo de vida predominante? Sem fundamentação, descrevem seus rivais partidários como criminosos cuja suposta violação da lei (ou potencial de fazê-lo) desqualificaria sua participação plena na arena política? Sem fundamentação, sugerem que seus rivais sejam agentes estrangeiros, pois estariam trabalhando secretamente em aliança com (ou usando) um governo estrangeiro – com frequência um governo inimigo?

3. Tolerância ou encorajamento à violência	Têm quaisquer laços com gangues armadas, forças paramilitares, milícias, guerrilhas ou outras organizações envolvidas em violência ilícita? Patrocinaram ou estimularam eles próprios ou seus partidários ataques de multidões contra oponentes? Endossaram tacitamente a violência de seus apoiadores, recusando-se a condená-los e puni-los de maneira categórica? Elogiaram (ou se recusaram a condenar) outros atos significativos de violência política no passado ou em outros lugares do mundo?
4. Propensão a restringir liberdades civis, inclusive a mídia	Apoiaram leis ou políticas que restrinjam liberdades civis, como expansões de leis de calúnia e difamação ou leis que restrinjam protestos e críticas ao governo ou certas organizações cívicas ou políticas? Ameaçaram tomar medidas legais ou outras ações punitivas contra seus críticos em partidos rivais, na sociedade civil ou na mídia? Elogiaram medidas repressivas tomadas por outros governos, tanto no passado quanto em outros lugares do mundo?

Fonte: LEVITSKY & ZIBLATT (2018)

Os pesquisadores alertam que, apesar de não haver um dispositivo totalmente eficiente para identificar autocratas, muitos deles dão sinais antes mesmo de serem eleitos. Por isso, é preciso levar a sério as ameaças antidemocráticas feitas durante a campanha, pois discursos totalitários confirmam-se e as instituições começam a ser atacadas quando esses políticos chegam ao poder. Muitos desses sinais podem ser detectados no teste decisivo.

Como analisaremos adiante, candidatos com tendências autoritárias não são inovações do século 21. A questão central apresentada pelos autores é como mantê-los longe do poder enquanto ainda é possível. Por isso, a elite econômica e os partidos políticos – considerados os guardiões da democracia – desempenham uma função importante, pois candidatos populistas recebem ajuda do *establishment* para se eleger. Isso acontece porque alguns políticos tradicionais avaliam que apoiar figuras extremistas pode ajudá-los politicamente à curto prazo. A suposição é que se o populista for eleito, será possível controlá-lo e descartá-lo quando necessário. Para entender o perigo deste pensamento, basta recorrer à História.

Na Itália de 1920, o liberal Giovanni Giolitti colocou os candidatos de Benito Mussolini na sua lista para o Parlamento, legitimando assim o Partido Fascista. Na mesma década, líderes conservadores alemães fizeram uma aliança com Adolf Hitler

para conseguir apoio eleitoral e fortalecer sua base. Em 1992, o ex-presidente Rafael Caldera normalizou a figura de Hugo Chávez após sua primeira tentativa de golpe na Venezuela. Dois anos depois, Caldera soltou Chávez da prisão convencido da sua irrelevância no cenário político. “Nos três casos, os liberais italianos, os conservadores alemães e Rafael Caldera cederam aos extremistas e as democracias de seus países entraram em colapso”. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018)

Por isso, os políticos tradicionais devem fazer tudo que for possível para manter candidatos com características autoritárias longe do poder, não só resistindo à tentação de se aliar a eles como também se unindo a rivais ideológicos na defesa da democracia, se necessário. Existem exemplos recentes do sucesso dessas alianças temporárias. Nas últimas eleições presidenciais da França e da Áustria, quando dois candidatos com tendências neofascistas chegaram ao segundo turno, ambos foram derrotados após a união de políticos tradicionais. Foi assim que os moderados Emmanuel Macron, na França, e o austríaco Alexander van der Bellen elegeram-se. Em 2019, o partido de extrema-direita de Viktor Orbán foi derrotado na eleição municipal de Budapeste após a inédita união da oposição húngara. O mesmo ocorreu nas últimas eleições presidenciais da República Tcheca, quando os opositores uniram-se e derrotaram o conservador Andrej Babis, impedindo sua reeleição.

Em contrapartida, Levitsky & Ziblatt (2018) explicam o risco que os Estados Unidos submeteram-se por não frearem um candidato autoritário. Em 2016, o Partido Republicano apoiou o populista Donald Trump que ameaçava não aceitar o resultado caso o Partido Democrata fosse eleito, incentivava a violência em seus comícios e afirmava que moveria ações judiciais contra seus críticos – atitudes que se repetiram na eleição presidencial de 2020. Com isso, os republicanos enviaram uma mensagem aos eleitores de que se tratavam de eleições normais que ocorriam entre dois candidatos do campo democrático.

A maior potência econômica mundial teve por quatro anos um presidente com intenções autoritárias e foi possível constatar a importância que as instituições exercem. Por isso, é preciso diferenciar as instituições formais e as instituições informais. A Constituição dos Estados Unidos é muito forte e o seu sistema de freios e contrapesos já restringiu a atuação de presidentes ambiciosos, como Richard Nixon e o próprio Donald Trump. Mas as instituições, por si só, não são suficientes para proteger a democracia, por isso precisam ser reforçadas por regras informais que os pesquisadores chamam de *normas democráticas*.

A primeira é a chamada *tolerância mútua* ou aceitação da legitimidade de adversários políticos, que significa que não importa o nível de discordância com os outros partidos. Para a democracia funcionar, é preciso aceitar que os adversários possuem direitos iguais para disputar as eleições. Caso vençam a disputa, é preciso reconhecer imediatamente sua vitória e sua legitimidade para governar. Por isso, em uma democracia não se pode tratar os rivais como inimigos.

A segunda norma é o *autocontrole*, que representa os políticos absterem-se de exercer seus direitos sem uma razão legítima em um ato de *autorrestrição*. Muitas vezes, isso não é considerado na política - especialmente no cenário latino-americano -, mas representa um componente fundamental para que a democracia funcione plenamente. Exemplos dessas regras informais são o que os políticos podem fazer em termos constitucionais e legais: um presidente pode encher a Suprema Corte de aliados com a aprovação de uma lei por uma maioria simples de congressistas. O Congresso também tem o poder de se recusar a financiar o governo. Em um cenário mais drástico, também pode afastar um presidente por qualquer razão legal. Com isso, os políticos podem explorar os termos da Constituição de forma a prejudicá-la, corrompê-la ou até mesmo subverter seus princípios. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018)

Mark Tushnet (apud LEVITSKY & ZIBLATT, 2018), estudioso de Direito e professor de Harvard, chama esse tipo de comportamento de *jogo pesado constitucional*, que representa o uso dos termos da lei para prejudicar a própria lei. É possível encontrar *jogo pesado constitucional* em democracias frágeis ao longo da História: Alemanha e Espanha na década de 1930, Argentina com Perón, Venezuela com Chávez, Hungria, Turquia e Polônia contemporâneas. O *impeachment* também pode ser um *jogo pesado constitucional* porque se torna uma ferramenta muito poderosa ao se violar a vontade do eleitorado. Por isso, estudiosos constitucionais concordam que o impedimento de um presidente deve ser usado com moderação. Na América Latina, há uma série de exemplos na qual a *autorrestrição* não foi respeitada e o *impeachment* foi usado arbitrariamente.

Em 2012, o presidente paraguaio Fernando Lugo teve duas horas para se defender e sofreu *impeachment* em apenas dois dias. Outro caso ocorreu em 1997, quando parte do Congresso equatoriano contrário a Abdalá Bucaram recorreu a uma cláusula da Constituição a qual permite que uma simples maioria afaste o presidente por incapacidade mental. Em 2016, a presidenta brasileira Dilma Rousseff foi impeachmada sob a falsa justificativa de ter cometido um crime orçamentário, quando

na realidade lhe faltava apoio do Congresso. “A justificativa formal foram as denominadas 'pedaladas fiscais' — violação de normas orçamentárias —, embora o motivo real tenha sido a perda de sustentação política”, afirmou em 2022 o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso.

Portanto, quando não adotada a regra de *autorrestrrição*, o *jogo pesado constitucional* transforma instituições neutras em armas partidárias capazes de prejudicar e até colapsar uma democracia. Por isso, esse deve ser um compromisso compartilhado por políticos que, ao assumirem os cargos, concordam que podem recorrer a uma ferramenta legal em situações extremas, mas que não o farão indiscriminadamente pela manutenção da ordem democrática.

Nos Estados Unidos, as regras de *tolerância mútua* e *autorrestrrição* eram muito fortes no século 20, mas nas últimas décadas perderam força. Durante o mandato de Barack Obama, os republicanos desrespeitaram a *tolerância mútua* ao repetirem a seus partidários que o presidente não era um cidadão estadunidense, que não amava a América e que os democratas não eram verdadeiros patriotas. Durante as eleições de 2016, Hillary Clinton teve tratamento semelhante quando Donald Trump chamou-a várias vezes de criminosa e ameaçou prendê-la quando eleito. Com isso, o fato dos republicanos começarem a questionar a legitimidade de seus rivais políticos tornou-se preocupante, porque sem *tolerância mútua* os políticos são encorajados a recorrer ao *jogo pesado constitucional*. Quando os adversários são considerados inimigos e representam uma ameaça existencial, os políticos são capazes de recorrer a quaisquer meios necessários para impedi-los de se eleger ou manter-se no poder. Isso pode levar uma democracia ao colapso. (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018)

É possível relacionar essa ameaça existencial à *lógica de sobrevivência* apresentada por Canetti, em que “cada homem é inimigo de todos os outros” (apud MBEMBE).

Mais radicalmente, o horror experimentado sob a visão da morte se transforma em satisfação quando ela ocorre com o outro. É a morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente (CANETTI, 1995, p. 227-280 apud MBEMBE, 2018, p. 62).

A partir dessa lógica de guerra, o momento de sobrevivência política torna-se o momento de poder quando ocorre o extermínio do oponente que é considerado o

inimigo a ser combatido por líderes cada vez mais extremistas. Com isso, percebe-se como o *jogo pesado constitucional* está sendo cada vez mais normalizado ao redor do mundo.

Portanto, os autores concluem que o enfraquecimento das regras de *tolerância mútua* e *autorrestrrição* é, principalmente, um produto da polarização política. Nos últimos 20 anos, republicanos e democratas estadunidenses foram condicionados a se odiar. No Brasil, conservadores e progressistas dificilmente dividem o mesmo espaço e diversas relações sociais foram rompidas por causa de política. Essas divergências também dizem respeito à raça, religião, cultura e questões identitárias. O problema é que a polarização pode destruir democracias quando um campo político enxerga as vitórias do outro campo como algo intolerável.

2.3. Ur-fascismo x Neofascismo

Além de identificar um político com tendências autoritárias e compreender como sua ascensão ou permanência no poder pode levar uma democracia ao colapso, também é preciso entender como esses populistas agem ao redor do mundo. Para isso, torna-se necessário analisar porque o fascismo virou uma palavra tão genérica para definir comportamentos autoritários - e não o nazismo ou o stalinismo, por exemplo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente estadunidense Franklin Roosevelt declarou “guerra contra o fascismo e o beco sem saída que ele representa” (apud ECO, 1995) mesmo com a existência de outros regimes autocratas na mesma época. Um fato importante é que o fascismo possui características que podem mudar de acordo com o contexto. Ao contrário do nazismo, que tinha em *Mein Kampf* (HITLER, 1925) o manifesto completo de um programa político que devia ser seguido à risca, o fascismo italiano foi um movimento cheio de contradições sustentado muito mais pela retórica de Benito Mussolini do que por uma ideologia própria. Se em um momento o líder declarava-se ateu, logo começava a citar Deus em seus discursos após selar uma aliança com a Igreja Católica. Por isso, esse movimento era muito bem articulado com os fortes discursos que abalavam a população.

Para Umberto Eco (2018), o fascismo italiano foi a primeira ditadura de direita a dominar um país europeu e logo outros movimentos totalitários apropriaram-se de algumas de suas características e implementaram-nas em diferentes cenários. Foi o

caso da Inglaterra, Letônia, Estônia, Lituânia, Polônia, Hungria, Romênia, Bulgária, Grécia, Iugoslávia, Espanha, Portugal, Noruega e até mesmo a América do Sul, além da própria Alemanha.

Por isso, é fundamental discutir a banalização do termo fascista, considerando que o seu uso pode servir como uma importante ferramenta na luta política, pode ser um mero xingamento esvaziado de sentido ou pode, de fato, representar o ressurgimento do fascismo nos dias atuais com uma nova roupagem. Para entendermos o real significado desse termo, Leandro Konder (1977) identifica suas principais características.

O fascismo [...] é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. (KONDER, 1977, p. 21)

Na tentativa de elucidar ainda mais o termo, Umberto Eco (1995) desmembra em 14 tópicos o fascismo clássico surgido nos anos de 1920 sob a liderança de Benito Mussolini. É isso que o italiano chama de Ur-Fascismo ou Fascismo Eterno. A partir daí, torna-se possível diferenciá-lo do neofascismo - que é a combinação de algumas dessas características originais e não sua reprodução literal.

Tabela 2: Possíveis arranjos de grupos políticos neofascistas

Grupo político 1	Grupo político 2	Grupo político 3	Grupo político 4
abc	bcd	cde	def

Fonte: Criado pela autora a partir de *O Fascismo Eterno* (1995), Umberto Eco.

Portanto, mesmo que os neofascismos apresentem algumas características semelhantes, eles podem se distinguir entre si de acordo com as diferentes expressões. Algumas vezes, torna-se até mesmo difícil compará-los porque suas características não coincidem - o que pode ser visto na tabela comparando o grupo 1 ao grupo 4. “O termo fascista adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista”, afirma Eco (2018). Por isso, a importância de conhecer suas definições originais.

a) Culto da tradição

Saudosismo de um passado glorioso, ou um passado mítico na definição de Jason Stanley (2018). Esse passado pode ser folclórico ou idealizado. É o retorno de valores tradicionais que se perderam com o tempo e precisam ser retomados para o bem-estar da civilização. A Idade Média é exaltada e o avanço do saber é visto como uma ameaça, pois a verdade já foi definida no passado e só cabe à população reproduzi-la sem questioná-la.

b) Recusa da modernidade

Ideias tradicionalistas implicam na recusa do mundo moderno. Apesar da tecnologia e dos avanços industriais serem vinculados à modernização, valores progressistas são desprezados: incluindo ideias ligadas ao Iluminismo, à Idade da Razão e à Revolução Francesa. A vida no campo ou no interior é valorizada.

c) Irracionalismo

Culto da ação pela ação, ou seja, a ação é mais valorizada do que a reflexão. É a separação total entre a teoria e a prática. O pensamento é considerado uma forma de castração. Por isso, há uma grande desconfiança em relação ao pensamento crítico e científico, resultando na aversão à intelectualidade, à arte, à cultura, à mídia e provocando a alienação da população. As universidades são vistas como um ninho de comunistas e há um uso recorrente de expressões como “porcos intelectuais”, “cabeças ocas” e “esnobes radicais” para definir os acadêmicos. Para o fascismo, a racionalidade leva ao abandono dos valores tradicionais da sociedade.

d) Aversão às críticas

O espírito crítico opera distinções, e distinguir é um sinal de modernidade. O avanço do conhecimento culmina em pensamento crítico e representa uma ameaça. Portanto, o desacordo vai contra a verdade mítica imposta para a nação, gera ruídos na população, questionamentos, desconfianças e por isso é considerado uma traição.

e) Recusa da diversidade

O fascismo é um movimento racista e gosta do consenso. Portanto, dissidentes são considerados intrusos e essa premissa vale para os mais variados campos: cultural, moral, étnico, racial, religioso, partidário, de classe, de costumes, entre

outros.

f) Frustração individual ou social

O fascismo opera através da indignação e do medo da população e aproveita-se de crises – políticas, econômicas, sociais, sanitárias – já existentes ou que são provocadas estrategicamente como oportunidades para se fortalecer. Há um histórico do apelo às classes médias frustradas que se sentem ameaçadas, desvalorizadas ou humilhadas com a pressão dos grupos sociais subalternos e a manutenção dos privilégios da burguesia.

g) Nacionalismo extremo

Diante da frustração e da falta de uma identidade social, a população é manipulada a acreditar que o seu maior privilégio é ter nascido no mesmo país – criando assim uma noção de pertencimento. Por isso, é necessário proteger a nação tanto da ameaça internacional como de inimigos internos. Daí a obsessão dos fascistas pelo complô e por teorias conspiratórias, principalmente contra judeus, comunistas e progressistas.

h) Sentimento de humilhação

Estabelecidos os inimigos a serem combatidos, é preciso potencializar o sentimento de humilhação da população. Assim, esses nacionalistas cada vez mais extremistas tendem a acreditar que se tornaram vítimas dos “intrusos”. Com isso, sentem-se cada vez mais ressentidos enquanto observam os potenciais inimigos gozarem de força, riqueza ostensiva e privilégios.

i) Guerra permanente

Diante de tanta conspiração, a população é instigada a viver em um estado de guerra permanente em que sua vida é dedicada à luta. Então a sobrevivência depende da derrota do oponente. Logo, o pacifismo torna-se inaceitável e é visto como um conluio com o inimigo.

j) Elitismo

O elitismo consiste no desprezo pelos fracos. Dessa forma, é imposta a ideia de que as massas necessitam de um “dominador” para representá-los e o líder surge

através da meritocracia, tendo conquistado o poder pela força e não através da deliberação do povo. Então o grupo é organizado hierarquicamente seguindo uma lógica militar e qualquer líder sente-se legitimado a desprezar seu subordinado, reforçando o sentido do elitismo de massa.

k) Culto do herói

O heroísmo torna-se uma norma social e os cidadãos são educados para atingir essa posição em um estado de guerra permanente, onde o desejo pulsante de morte prevalece. Dessa forma, o culto do heroísmo está diretamente ligado ao culto da morte.

l) Questões sexuais

Como a guerra permanente e o heroísmo são questões complexas, os fascistas transferem seu desejo de poder para questões sexuais. Daí a origem do machismo, da intolerância à castidade, à homossexualidade e a busca permanente por símbolos fálicos que reforcem sua percepção de poder – como as armas, por exemplo.

m) Populismo qualitativo

O *populismo qualitativo* diz respeito à representação do povo através de um líder que decide por si só o que é melhor para a nação, em oposição à atuação do representante democrático que exprime a vontade da maioria dos cidadãos. Dessa maneira, no fascismo não importa a “voz do povo” em termos quantitativos, mas sim a decisão individual do herói que chegou ao poder pela sua capacidade de derrotar os oponentes através do uso da força. Isto o legitima a tomar decisões individuais.

n) Neolíngua

A última característica do Ur-Fascismo diz respeito a um termo inventado pelo escritor George Orwell no distópico livro *1984*. A neolíngua refere-se a um vocabulário pobre e em uma sintaxe elementar sem muita complexidade que limita o pensamento crítico. Em termos atuais, podemos definir como uma linguagem politicamente incorreta, de fácil compreensão e assimilação.

Dessa forma, após ter desmembrado o fascismo clássico e sabendo que o neofascismo surge como diferentes arranjos dessas 14 características centrais, o foco

da pesquisa volta-se a entender como essas ideias radicais são propagadas atualmente no meio digital.

Capítulo 3. O colapso da verdade

A imprensa sempre teve um papel importante na história das democracias. Considerada o “Quarto Poder” - o que seria, praticamente, um poder complementar ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário -, cabe à imprensa vigiar os outros poderes e denunciá-los sempre que confirmar alguma irregularidade, em uma espécie de sistema de freios e contrapesos da democracia. Porém, nos últimos anos a mídia tradicional hegemônica caiu em descrédito com a crise das democracias representativas e com a ascensão de líderes populistas que se apresentavam como anti-establishments.

Neste contexto, houve uma aversão da população com as elites pré-estabelecidas. A saber: *elite financeira*, representada pelos donos do capital econômico, entre eles grandes empresários e banqueiros; *elite intelectual*, formada por cientistas, artistas e produtores de conhecimento; *elite política*, simbolizada por partidos e por políticos tradicionais que atendem aos interesses dos grupos que financiam suas campanhas eleitorais; e a *elite midiática*, chamada de grande mídia ou mídia tradicional hegemônica, formada por meios de comunicação concentrados nas mãos de poucas famílias.

Por conveniência, a elite midiática reflete os interesses dos grupos que as detêm, isto é, as poucas empresas de comunicação criam linhas editoriais enviesadas de acordo com os interesses da elite financeira. Por isso, por muito tempo as pessoas não se sentiram representadas nas coberturas midiáticas. Quando as democracias começaram a sofrer ataques, muitas vezes a elite midiática omitiu fatos e encobriu a participação dos poderosos para não se comprometer e até mesmo para não se incriminar. Daí a importância do surgimento das mídias alternativas e do jornalismo independente.

Acho que é importante levarmos em conta que a imprensa, no geral, também é responsável pela crise das democracias e pela eleição de neofascistas como Jair Bolsonaro e Donald Trump, entre outros. Sim, há o fenômeno da pós-verdade, da autoverdade, das *fake news* etc. Mas a imprensa também perdeu credibilidade junto à população, por suas próprias escolhas editoriais, comerciais e políticas, bem pouco transparentes. E porque, em vários países e também no Brasil, boa parte da população não se sentia representada pela cobertura da imprensa nem se reconhecia nela. Sem enfrentar essas contradições e responsabilidades, será difícil avançar num momento tão complexo e difícil como o atual. (BRUM apud ESTARQUE, 2021)

Com a evolução da internet, houve um colapso no modelo de negócios do jornalismo tradicional e a grande mídia precisou se reinventar para se manter viva, ocupando novos espaços e tornando-se multiplataformas.

A mídia tradicional expandiu-se para ambientes digitais, as grandes redações tiveram suas equipes reduzidas, muitas sucursais foram fechadas e substituídas por um único jornalista. A publicidade, que antes alimentava o jornalismo impresso e televisivo, foi substituída pela publicidade e propaganda on-line hiperpersonalizadas. Alguns jornais de menor porte não sobreviveram e encerraram as atividades. Além disso, se antes as manchetes dos grandes jornais tinham o poder de pautar o assunto do dia, atualmente são os *trending topics* do *Twitter* que assumem tal função - com conteúdos muitas vezes enviesados e alimentados por *bots*. Isto ocorre, principalmente, quando as máquinas de propaganda entram em ação, com discursos de ódio, negacionistas e repletos de desinformação.

Em relação às plataformas, os *blogs* foram o primeiro ambiente para criação de conteúdo na internet. Autores desconhecidos ganharam fama com *blogs* sobre os mais variados temas. Concomitantemente, surgiram as mídias sociais, sendo o *Orkut* a rede social mais utilizada inicialmente e o *ICQ* o mais popular aplicativo de comunicação instantânea. Anos depois, o *Facebook* isolou-se como a rede social preferida dos usuários, o *Messenger* foi substituído pelo *WhatsApp*, e o *Instagram* - aplicativo de fotos e de vídeos curtos - transformou-se em um sucesso mundial. Importante destacar que o *WhatsApp* e o *Instagram* foram comprados pela empresa *Facebook* (agora chamada *Meta*), de Mark Zuckerberg, que recebeu inúmeras críticas da opinião pública ao ser acusado de monopólio, concentrando imenso poder e não dando chances para as pequenas empresas prosperarem no competitivo Vale do Silício.

Há também a plataforma *YouTube*, que despontou como o maior site de compartilhamento de vídeos. O *Twitter*, existente desde 2006, surgiu como um microblog e, posteriormente, expandiu seus 120 caracteres para 240 - aumentando o fluxo de informações com suas *hashtags* mobilizadoras. Também se destacam o serviço de mensageria privada *Telegram*, popular pelas suas listas de transmissão que alcançam milhões de usuários, e o *TikTok*, rede social de vídeos curtos, que virou um fenômeno principalmente entre os mais jovens.

Figura 01: Capa da revista *Time* após o vazamento do *The Facebook Files*

Fonte: Revista *Time*, Outubro de 2021

Em contrapartida, o escritor e filósofo Umberto Eco (2015) declarou que “As redes sociais deram voz a uma legião de imbecis”, lembra o jornal *Il Messaggero*. Pelas suas experiências com o fascismo clássico e com os estudos da comunicação, o italiano era um grande crítico das tecnologias digitais pois sabia bem como o ser humano poderia desvirtuar as mais bem intencionadas ferramentas da humanidade em troca de poder.

Deste modo, não foram só pessoas isoladas que encontraram um solo fértil para escrever o que quisessem em uma terra sem lei e sem punição. Com os anos, grupos poderosos apropriaram-se das mídias sociais digitais e ressignificaram o uso dessas plataformas, criando estratégias para manipular a opinião pública. As *Big Techs*, por sua vez, ao constatarem que conteúdos com apelo emocional geravam mais engajamento - principalmente aqueles que estimulam emoções negativas -, passaram a dar mais visibilidade para esse tipo de publicação. Com o aumento do

engajamento dos usuários, essas empresas aumentaram os seus lucros e conquistaram o poder de modular o comportamento das pessoas. Consequentemente, os usuários começaram a se isolar em bolhas virtuais e o debate público foi contaminado, radicalizando-se.

Portanto, é importante refletir sobre o impacto das tecnologias digitais nas relações humanas, na vigilância, na segurança, na privacidade e no nosso entendimento enquanto sociedade - questão que se tornou central no século 21, impulsionada por uma indústria trilionária capaz de influenciar o futuro da humanidade.

3.1. A era da pós-verdade

Nas últimas décadas, a desconfiança da população em relação às instituições democráticas, ao papel do Estado e às elites tradicionais ganhou força em vários países. A elite financeira conquistou a ira da população durante a crise econômica mundial de 2008, quando o governo preferiu salvar os bancos em vez da população dos Estados Unidos. Com isso, muitas famílias tiveram a casa hipotecada, perderam os empregos, cancelaram os planos de saúde e viram o “sonho americano” tornar-se uma ilusão enquanto trilhões de dólares foram doados para salvar quem provocou a crise.

Em 2009, ainda durante a instabilidade econômica, estourou o escândalo das despesas parlamentares na Grã-Bretanha denunciado pelo *Daily Telegraph*. Uma série de reportagens revelou que membros do Parlamento complementavam seus salários incluindo nos gastos oficiais limpeza de fossa, casa para pato, tampa para banheira, filmes pornográficos, entre outras extravagâncias. Nos Estados Unidos, em 2011 surgiu o *Occupy Wall Street* (OWS), movimento social em que milhares de pessoas ocuparam várias cidades para protestar contra a elite econômica representada pelo centro financeiro de *Wall Street*, sua influência no governo estadunidense somada à desigualdade econômica e social do país. Na sequência da crise financeira, a elite política também sofreu forte desgaste ao se posicionar a favor dos próprios interesses e de seus financiadores em detrimento das demandas sociais. Em 2014, apenas 18% dos entrevistados acreditavam que os governos “colocavam as necessidades do país acima dos interesses de seu próprio partido político”. Naquele momento, a descrença da população com a elite política ameaçava todo o processo democrático. (D’ANCONA, 2018)

Ao mesmo tempo, a elite midiática passava por uma crise de credibilidade. Os crimes sexuais de Jimmy Savile levaram a *BBC* à sua pior crise em cinquenta anos, como descreveu o editor John Simpson. A cultura de negligência institucional permitiu que o falecido apresentador do programa *Top of the Pops* abusasse de pacientes do hospital psiquiátrico de segurança máxima de Broadmoor e de alunas da escola feminina de Duncroft, disfarçado de ações beneficentes. No jornalismo impresso, grampos telefônicos ilegais forçaram o fechamento do tabloide *News of the World* e resultaram em uma ampla investigação sobre a conduta da imprensa. Em 2003, o *New York Times*, considerado “uma das grandes instituições da vida civil norte-americana”, segundo D’Ancona (2018), revelou que o jornalista Jayson Blair falsificou ou plagiou o conteúdo de 673 artigos durante os seus quatro anos na empresa. O escândalo obrigou o jornal a publicar um editorial sobre sua má conduta e, posteriormente, deu munição ao presidente Donald Trump para desacreditar a imprensa durante anos.

Neste cenário, a ciência também foi atacada. Em 2016, a elite intelectual foi fortemente ignorada e descredibilizada pela campanha *Leave.EU*, pró-Brexit, por ser a principal fonte de conhecimento da humanidade. Com isso, deu-se início à disseminação do pensamento de que o conhecimento científico provocava divisões na sociedade, tornando inviável o debate entre a comunidade científica e o resto da população. “O povo deste país já está farto dos especialistas”, declarou Michael Gove, então secretário britânico da Justiça conhecido pela sua eloquência, erudição e intelecto – o que causou grande estranhamento entre os seus pares. Assim, a campanha do Brexit passou a explorar a suspeita de que as fontes tradicionais de autoridade, conhecimento e informação deveriam ser vistas com desconfiança, fortalecendo os discursos negacionistas compartilhados principalmente por britânicos raivosos que queriam participar do debate político, mas eram desprovidos de argumentos.

“Todo mundo tem direito à própria opinião, mas não aos próprios fatos”, defendeu o ex-senador e sociólogo estadunidense Daniel Patrick Moynihan, morto em 2003. (apud KAKUTANI, 2018) Com a descrença nas instituições democráticas, boa parte da população perdeu o referencial e começou a se basear nas próprias emoções para se posicionar. Entretanto, esses ataques às elites estabelecidas eram politicamente sagazes e estratégicos, pois o colapso da confiança nas instituições tradicionais é a base social da era da pós-verdade. Eventualmente, dois grandes

acontecimentos marcaram o ano de 2016 e escancararam de forma definitiva essa tendência no debate público.

Não por acaso, em 2016, o *Oxford Dictionaries* escolheu “pós-verdade” como sua palavra do ano, definindo-a como forma abreviada para “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal. (D’ANCONA, 2018, p.20)

Com a vitória da campanha pela saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit) e a eleição do republicano Donald Trump nos Estados Unidos, tornou-se evidente que o mundo estava lidando com um fenômeno muito maior do que a mera propagação de mentiras e boatos, as chamadas *fake news* - termo extremamente problemático porque as notícias não podem ser falsas, pois envolvem um minucioso trabalho jornalístico de investigação, checagem e apuração das informações. (GOBBI apud RENÓ, 2020). Por isso, boa parte da opinião pública opta pelo uso do termo desinformação. Outro ponto problemático do termo *fake news* é a sua apropriação por líderes populistas, que o utilizam para se referir às publicações da mídia que não os agradam, à produção de conhecimento científico e à verdade.

Dessa forma, é um equívoco pensar que a era da pós-verdade trata-se simplesmente da disseminação de mentiras em massa no ambiente digital, pois esse debate vai muito além: pós-verdade também se refere à construção de falsas narrativas assim como de teorias conspiratórias, isto é, a criação de histórias e enredos cujo objetivo é manipular, confundir e enganar a opinião pública em busca de resultados específicos. Essas narrativas baseiam-se, principalmente, em apelos emocionais, no desprezo à racionalidade, à ciência e aos fatos em si, que são vistos com suspeição e até mesmo como conspiração por parte da população. Daí a base do negacionismo científico e do anti-intelectualismo, criando um ambiente de quebra da realidade. Nesse sentido, as teorias conspiratórias fazem parte da atual política dos EUA, da Rússia, da Polônia e do Brasil, por exemplo. Elas servem para difamar e deslegitimar os adversários, “vinculando-os, sobretudo simbolicamente, a atos problemáticos. [...] Sua função é, antes, levantar suspeitas gerais sobre a credibilidade e a decência de seus alvos.” (STANLEY, 2018)

Nas últimas décadas, a internet alcançou um papel fundamental na propagação da informação, no modo de consumir notícias, na difusão do conhecimento e,

principalmente, no surgimento de novas plataformas de comunicação com largo alcance: as mídias sociais. Com isso, houve uma revolução informacional com foco na interação e no engajamento entre os usuários, agora conectados em rede. Ocorreu também a expansão da chamada mídia independente, financiada por colaboradores fixos ou por eventuais campanhas de doações coletivas.

Entretanto, da mesma maneira que a internet tornou-se um solo fértil para a união de pessoas com interesses em comum formando comunidades virtuais, ela também se transformou em um terra sem lei onde grupos mal intencionados passaram a disseminar desinformação, teorias conspiratórias e discursos de ódio em massa. Dessa forma, costuma-se definir pós-verdade como uma era onde estamos cercados de mentiras e narrativas ficcionais. São vários os exemplos: em 2014, unidades especiais russas invadiram a Ucrânia e ocuparam a Crimeia. Repetidas vezes, Vladimir Putin negou serem tropas russas e disse se tratar de grupos espontâneos que poderiam ter arranjado equipamentos similares aos russos no comércio local. A definição da Ucrânia como uma falsa nação também sempre fez parte do discurso do Kremlin. “Estamos realmente vivendo uma era terrível da pós-verdade, quando não só incidentes (...) específicos, mas narrativas e nações inteiras podem ser falsificadas”. (HARARI, 2018, p. 288)

Mas não foram só a internet, as mídias sociais e a ascensão de Putin e Trump que desencadearam esse fenômeno. A propaganda e a desinformação existem há muito tempo na história da humanidade (HARARI, 2018). A criação de falsos países e a negação de territórios, nações e até mesmo povos originários não são novidade do século 21. Isso ocorreu, por exemplo, com a criação do falso país de Manchukuo pelo Japão, em 1931, para justificar sua invasão na China; assim como a negação da própria China durante muito tempo em relação à existência do Tibete como um país independente. A existência de uma população árabe também foi convenientemente ignorada pelo sionismo no início do século 20, sendo que Israel nega a existência do povo palestino até os dias atuais.

O historiador israelense Yuval Noah Harari (2018) defende que “O *homo sapiens* é uma espécie da pós-verdade, cujo poder depende de criar ficções e acreditar nelas” para unir coletivos humanos. Por isso, acrescenta Harari, nós somos a única espécie capaz de “inventar narrativas ficcionais, espalhá-las e convencer milhões de outros”. Com a crença nas mesmas histórias, as pessoas cooperam efetivamente. Sem negar os benefícios e os valores das religiões, dos livros sagrados

e dos mitos religiosos, Harari argumenta que séculos atrás milhões de pessoas se juntaram em torno da Bíblia, do Corão, do Talmude, do Livro dos Mórmons, dos Vedas, do Avesta, do Livro dos Mortos egípcio etc. Antigamente, a sociedade se guiava pelas narrativas sobre milagres, anjos, demônios, bruxas, céu e inferno, religiões e também pelas narrativas escritas nos livros sagrados. E bilhões de pessoas acreditaram nessas narrativas durante milhares de anos.

Além das religiões antigas, ideologias também recorreram à ficção para consolidar cooperação, como o comunismo, o fascismo e a democracia liberal.

Diz-se que Joseph Goebbels, o maestro da propaganda nazista, e talvez o mais realizado mago da mídia da era moderna, explicou seu método sucintamente declarando que “uma mentira dita uma vez continua uma mentira, mas uma mentira dita mil vezes torna-se verdade”. Em *Mein Kampf*, Hitler escreveu que “a mais brilhante técnica de propaganda não vai ter sucesso a menos que se leve sempre em conta um princípio fundamental – ela tem de se limitar a alguns pontos e repeti-los sem parar. (HARARI, 2018, p. 294)

De acordo com o mesmo autor, “para o bem ou para o mal, a ficção está entre os instrumentos mais eficazes na caixa de ferramentas da humanidade”, pois ao se unir pessoas torna-se possível a cooperação em grande escala. Assim como as histórias ficcionais foram a base de todo movimento antissemita, da Espanha medieval à Rússia moderna, elas também deram origem às desinformações criadas para prejudicar a campanha presidencial democrata em 2016, disseminando que Hillary Clinton chefiava uma rede de tráfico sexual de crianças no porão de uma pizzaria em Washington - em um caso que ficou conhecido como Pizzagate. Muitos americanos acreditaram na história e um homem foi armado até o local, exigindo ver o porão. Foi quando constatou que a pizzaria não tinha porão.

Nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, a história mais absurda foi sobre a existência de um “kit gay” distribuído pelo governo petista nas escolas para incentivar a educação sexual e uma “mamadeira de piroca” entregue para crianças em creches pelo país. Recentemente, voltou-se a disseminar o último boato, em uma espécie de ensaio do que serão as eleições presidenciais de 2022 - sendo novamente desmentido pela grande mídia e por jornalistas nas redes sociais.

Figura 02: *Fake check* sobre “mamadeiras eróticas” para crianças



Sônia Bridi  @SoniaBridi · 28 de out

...

Precisar desmentir isso é um indicador assustador do ponto a que chegamos.



Jornal O Globo  @JornalOGlobo · 28 de out

É #FAKE que PT distribuiu mamadeiras eróticas para crianças em creches pelo país oglobo.globo.com/fato-ou-fake/e...

Fonte: Jornal O Globo, Twitter

Segundo Harari, é impossível organizar grandes massas sem recorrer a algum mito, pois poucos são persuadidos pela realidade crua. Por isso, as histórias falsas assumem um papel fundamental para unir as pessoas – pois diante de uma história absurda, só um grupo muito leal continua reunido. Isso significa que se poderá contar com esse grupo em momentos de crise. Como definiu Mencius Moldbug (apud HARARI, 2018), atual ícone da *alt-right* americana: “Qualquer um pode acreditar na verdade, enquanto acreditar no absurdo é uma real demonstração de lealdade - e que possui um uniforme e um exército”.

Verdade e poder podem andar juntos só até certo ponto [...] Se você quer poder, em algum momento terá de disseminar mentiras. Se quiser saber a verdade sobre o mundo, em algum momento terá de renunciar ao poder. (HARARI, 2018, p. 299)

Por fim, o autor israelense conclui que algumas desinformações podem durar para sempre. E podem alterar não somente o futuro, mas também o passado já conhecido, o que reforça a importância de se combater a desinformação.

3.2. Vigilância em massa

No dia 11 de setembro de 2001, terroristas fundamentalistas islâmicos do grupo Al-Qaeda, liderados por Osama bin Laden, sequestraram quatro aviões comerciais de passageiros logo após a decolagem e os lançaram contra importantes centros de poder dos Estados Unidos: as torres gêmeas do *World Trade Center*, em Nova Iorque - principal centro empresarial do país; o Pentágono, em Washington D.C. - sede do Departamento de Defesa. Por fim, acredita-se que o destino do voo 93, abatido em um campo vazio na Pensilvânia, seria a Casa Branca - residência oficial do Presidente da República.

Tabela 3: Cronologia dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001

- **7h59** o voo 11 da American Airlines decola do aeroporto de Boston com destino a Los Angeles
- **8h15** o voo 175 da United Airlines também decola de Boston com destino a Los Angeles
- **8h20** o voo 77 decola do aeroporto de Dulles, no estado da Virgínia, com destino a Los Angeles
- **8h42** o voo 93 da United Airlines decola com atraso do aeroporto de Newark, em Nova Jersey, com destino à Califórnia
- **8h46** o voo 11 bate entre os andares 93 e 99 da Torre Norte do World Trade Center em Nova York
- **9h03** o voo 175 bate entre os andares 77 e 85 da Torre Sul do World Trade Center
- **9h05** o então presidente dos EUA, George W. Bush, é avisado sobre o segundo avião que atingiu o WTC
- **9h37** o voo 77 se choca contra a face oeste do Pentágono, sede da Defesa americana
- **9h59** a Torre Sul desaba em Nova York
- **10h03** o voo 93 é derrubado em um campo vazio da Pensilvânia, a 20 minutos de voo da capital americana, Washington DC
- **10h28** a Torre Norte desaba em Nova York

Fonte: G1, 2021

Esses ataques deram início à chamada *guerra ao terror*, conclamada pelo então presidente republicano George W. Bush (2001-2008). Tropas militares estadunidenses foram enviadas ao Oriente Médio para a captura dos líderes da Al-Qaeda e desencadearam uma guerra que durou por anos. Porém, somente em 2011, dez anos após os atentados, Osama bin Laden foi capturado e morto durante uma operação militar em Abbottabad, no Paquistão.

Os atentados de 11 de setembro tiveram impacto mundial e resultaram em severas consequências na relação da maior potência econômica mundial com os demais países. Vistos e autorizações para entrar nos Estados Unidos tornaram-se muito mais rigorosos, os principais acessos ao país tiveram seus contingentes militares reforçados, houve aumento da xenofobia e imigrantes tornaram-se alvos de campanhas de ódio, inúmeros estrangeiros ilegais foram deportados e o número de

cidadanias concedidas anualmente diminuíram consideravelmente. Nesse momento, os Estados Unidos ligaram o alerta máximo e todos passaram a ser vistos como potenciais ameaças à segurança nacional. Por isso, outra estratégia adotada na *guerra contra o terrorismo* foi a expansão da vigilância em massa.

A Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos (CI) classificou o 11 de setembro de 2001 como o maior fracasso operacional de sua história. A partir daí, a Agência de Segurança Nacional (NSA) atualizou todos os seus protocolos e implementou políticas ilegais para reforçar a segurança nacional. Nesse momento, a CI não só precisava se recuperar de uma crise internacional que expôs suas vulnerabilidades como também necessitava mostrar ao mundo que outro atentado dessa dimensão jamais se repetiria em território norte-americano. (SNOWDEN, 2019)

3.2.1. Tecnologias de controle

No livro *1984*, George Orwell escreve sobre o grande tema das distopias: a liberdade. Como o autor havia adiantado em seu livro anterior, *A Revolução dos Bichos*, mesmo as melhores intenções podem resultar em regimes autoritários quando os indivíduos concordam em abrir mão da própria liberdade em prol da segurança. Assim, em sua obra mais recente, Orwell imagina uma sociedade no futuro - mais precisamente no ano de 1984 - onde não existe absolutamente nenhuma liberdade. O protagonista é um homem chamado Winston Smith, funcionário de um governo totalitário, repressivo e liderado por uma figura central: o Grande Irmão (*Big Brother*).

Nessa sociedade, tudo é controlado - inclusive o passado, por meio do Ministério da Verdade - e sua principal regra é que as únicas informações reportadas à população sejam aquelas determinadas pelo governo. Dessa forma, a realidade é editada. Além disso, cada cidadão tem em casa uma tela que exhibe o rosto do Grande Irmão e mostra propagandas estatais 24 horas por dia. Essa tela também serve para vigiar rigorosamente as pessoas.

Se a narrativa apresentada no livro parece exagerada, ela torna-se perturbadora ao contextualizá-la com a contemporaneidade e com as novas tecnologias existentes de vigilância em massa. Não à toa, o livro *1984* mostra-se tão atual e ainda é usado para alertar as sociedades o quanto foi difícil conquistar nossas liberdades individuais e, por isso, a necessidade de protegê-las. Mesmo governos considerados democráticos argumentam que a constante vigilância serve apenas para

a segurança e proteção da nação contra inimigos externos. Daí cabe à comunidade denunciar quando os governos abusam desse poder - como fez Edward Snowden, ex-agente da CI, em 2013.

O programa *PRISM* permitia à NSA coletar rotineiramente dados da Microsoft, do Yahoo, do Google, do Facebook, do PalTalk, do YouTube, do Skype, da AOL e da Apple, incluindo e-mails, fotos, bate-papos por vídeo e áudio, conteúdo de navegação na Web, consultas a mecanismos de buscas e outros dados armazenados em suas nuvens, transformando essas empresas em co-conspiradoras. Já o programa *Upstream Collection* era possivelmente mais invasivo ainda. Permitia a captura rotineira de dados diretamente da infraestrutura de internet do setor privado (– os *switches* e roteadores que desviam o tráfego da internet no mundo todo por meio de satélites em órbita e cabos de fibra ótica de alta capacidade que passam sob o oceano). Essa coleção construiu um equipamento de interceptação telefônica secreta e o embutiu nas instalações dos prestativos fornecedores de serviços de internet no mundo todo. Juntos, o *PRISM* (captura direta dos servidores dos principais provedores de serviços) e o *Upstream Collection* (captura direta da infraestrutura da internet) garantiam que as informações do mundo, tanto armazenadas quanto em trânsito, fossem monitoradas. (SNOWDEN, 2019, p. 191)

Ao ser revelado ao mundo que a capacidade de vigilância em massa da Agência de Segurança Nacional (NSA) não era uma mera distopia orwelliana muito menos uma teoria da conspiração, o governo dos Estados Unidos não só foi obrigado a confessar seus abusos, como também a se desculpar publicamente. Os documentos fornecidos à imprensa, no que ficou conhecido como *Caso Snowden*, revelaram que os programas de espionagem norte-americanos iam muito além do monitoramento do próprio território. Em uma aliança chamada *Five Eyes* (Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Reino Unido e Estados Unidos), a vigilância em massa também mirava populações e diversos governos, incluindo empresas estratégicas para a soberania destes países.

De acordo com os documentos obtidos pelo *WikiLeaks*, o criador do site Julian Assange (2017) constatou que o Brasil é um país que atrai muito interesse do governo dos Estados Unidos e, por isso, era o país latino-americano mais espionado pela NSA - e não Venezuela ou Cuba, por serem seus adversários históricos. Isso ocorria porque somos a maior economia da América Latina e, após a descoberta das jazidas do pré-sal na costa brasileira pela Petrobras, o Brasil se tornou ainda mais importante economicamente.

3.2.2. Capitalismo de vigilância

Em sua *Eterna Vigilância* (2019), Edward Snowden revela o uso que as empresas privadas fazem dos nossos dados através da computação em nuvem – serviços geralmente oferecidos gratuitamente. Quando os Estados Unidos alegaram que o seu amplo sistema de vigilância tinha como objetivo proteger seus cidadãos depois dos ataques terroristas de 11 de setembro, o preço a ser pago pela população mundial tornou-se elevado. Contudo, não foi só o governo norte-americano que se beneficiou da política de vigilância, coleta e armazenamento de dados. As gigantes do Vale do Silício também se aproveitaram dos dados de usuários para aprimorar seu modelo de negócios e colaborar com o governo estadunidense.

Quando o serviço de armazenamento em nuvem de empresas privadas é utilizado, tais como e-mails, serviços de *backup* e mídias sociais, nos tornamos alvos da vigilância corporativa. Com o atrativo de serem gratuitos, na realidade essas corporações estimulam nosso engajamento para treinar seus algoritmos e armazenar os nossos dados em seus gigantes *data centers* que concentram milhares de servidores de redes. Por isso, conectividade tornou-se sinônimo de lucro no século 21. Não à toa, as chamadas *Big Five* (Amazon, Microsoft, Facebook, Apple e Google) transformaram-se nas cinco empresas mais lucrativas da atualidade.

Para Shoshana Zuboff (2015), o *capitalismo de vigilância* é “uma nova forma de capitalismo informacional que objetiva prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir lucro e controle de mercado”. Com isso, as populações vigiadas são, ao mesmo tempo, fonte de extração de dados pessoais e alvo final dos sistemas construídos a partir desses dados.

O Google inventou e aperfeiçoou o capitalismo de vigilância praticamente da mesma maneira que um século atrás a General Motors inventou e aperfeiçoou o capitalismo gerencial. O Google foi o pioneiro do capitalismo de vigilância na concepção e na prática, nos recursos inesgotáveis para pesquisa e desenvolvimento, além de pioneiro em experimentação e implementação, porém não é mais o único ator seguindo esse caminho. O capitalismo de vigilância logo se espalhou para o Facebook e depois para a Microsoft. Há provas sugerindo que a Amazon se voltou para essa direção, que é um desafio constante para a Apple, tanto como ameaça externa quanto como fonte de debate e conflito interno na empresa. (ZUBOFF, 2020, p.20)

Julian Assange (2017), com base nos documentos fornecidos ao *WikiLeaks*, revelou que o maior visitante da Casa Branca durante o governo do democrata Barack

Obama (2009-2016) foi um lobista da Google, seguido de outro lobista da petrolífera Exxon. Isto significa que as maiores empresas de tecnologia do Vale do Silício trabalhavam em conjunto com o governo - fato confirmado pelo próprio presidente da Google, em 2009. Ao admitir que a empresa compartilhava históricos de pesquisas pessoais guardados em seus servidores com agências governamentais e instituições públicas de segurança, Eric Schmidt não só revelava o poder das *Big Techs*, como também dava um recado claro à sociedade de que se um usuário não queria que outras pessoas soubessem o que ele fazia na internet, era melhor não fazer. “A razão por que Google e Facebook são as empresas mais poderosas do mundo se deve aos dados terem superado o valor do petróleo”, afirmou a delatora da *Cambridge Analytica*, Brittany Kaiser.

Entretanto, Shoshana defende que é equivocada a ideia de que se não estamos pagando por determinada aplicação é porque o produto somos nós, os usuários. Nesse novo modelo capitalista, nós não somos nem os clientes nem o produto. “Nós somos as fontes de superávit crucial do capitalismo de vigilância: os objetos de uma operação de extração de matéria-prima tecnologicamente avançada.” (ZUBOFF, 2020). Sendo cada vez mais difícil os usuários escaparem desse mecanismo, a autora conclui que os verdadeiros clientes são as empresas que negociam nossos dados no mercado de hipersegmentação de público.

3.2.3. *Big Techs* e a economia da atenção

Em suas *21 lições para o século 21*, um dos argumentos de Yuval Noah Harari é de que, provavelmente, a ficção científica seja o gênero artístico mais importante deste século. Muito pouca gente lê livros ou artigos sobre as inovações tecnológicas e os progressos científicos. Em contrapartida, como citado anteriormente, a humanidade sempre foi movida e agrupada por meio de narrativas ficcionais. Assim, produtos audiovisuais são bem mais assimilados pela população. “Séries como *Westworld* ou *Black Mirror* expressam como as pessoas entendem os mais importantes desenvolvimentos tecnológicos, sociais e econômicos de nossos tempos”. (HARARI, 2018, p. 305).

Nas suas cinco temporadas, a série britânica *Black Mirror* retrata bem a nova configuração social dos novos tempos. Com episódios de ficção científica que refletem o lado mais obscuro das telas e das novas tecnologias digitais, a produção mostra que

nem toda novidade traz apenas benefícios para a sociedade, podendo transformar inovações tecnológicas em verdadeiras distopias. O episódio *Smithereens* (2019), da quinta temporada, conta a história de um motorista londrino que dá início a uma crise internacional quando sequestra o funcionário de uma grande empresa de tecnologia. Durante o episódio, o que parecia ser uma atitude impulsiva e criminosa do homem ao volante revela-se como a indignação de um viúvo que perdeu a esposa recentemente. Sua mulher, entretida em um aplicativo enquanto dirigia, envolveu-se em um acidente que lhe custou a vida. Então o viúvo inicia uma saga para chamar a atenção do criador do programa, chefe do funcionário sequestrado, a fim de entender o porquê daquela ferramenta ter se tornado tão viciante a ponto de provocar tragédias. No final, a resposta é óbvia: aplicativos roubam a nossa atenção para aumentar os lucros das empresas.

Marta Peirano (2020), jornalista espanhola especialista em tecnologia, relaciona essa dependência virtual com a chamada *economia da atenção*. Através de tecnologias digitais como um smartphone, uma TV inteligente, uma caixinha de som de última geração ou mesmo uma assinatura da Netflix, as grandes corporações aproveitam-se do engajamento dos usuários para otimizar o tempo que gastamos na frente das telas - sequestrando nossos cérebros, atenção, energia, horas de sono, descanso e interferindo, inclusive, na nossa vida social, nos relacionamentos humanos, nos nossos sentimentos e na rotina de consumo da população. Dessa forma, esse modelo de negócios torna-se altamente lucrativo nos mantendo o maior tempo possível conectados, pois só assim geramos dados que aprimoram os algoritmos, aumentam nosso engajamento e, conseqüentemente, alimentam o capitalismo de vigilância. “O preço de qualquer coisa é a quantidade de vida que você oferece em troca”, constata a jornalista.

Em entrevista à BBC News Mundo, Peirano conclui que essas tecnologias:

(...) são como máquinas caça-níqueis, quantificadas na forma de curtidas, corações, quantas pessoas viram seu post. E isso gera um vício especial, porque trata-se do que a sua comunidade diz - se o aceita, se o valoriza. Quando essa aceitação, que é completamente ilusória, entra em sua vida, você fica viciado, porque somos condicionados a querer ser parte do grupo. Eles [as empresas] conseguiram quantificar essa avaliação e transformá-la em uma injeção de dopamina. (PEIRANO, 2020)

Deliberadamente, as *Big Techs* nos mantêm em suas plataformas por meio de

designs cada vez mais viciantes (como o botão “curtir”, a rolagem de tela infinita, notificações no celular). Tudo é feito para medir o que chama ou não a nossa atenção, onde nós investimos mais o nosso tempo e cujos sistemas produzem uma frequência de eventos no menor tempo possível. Toda vez que ocorre um evento, recebemos uma injeção de dopamina que nos proporciona satisfação imediata. Então quanto mais estímulos maior o vício, que não tem nada a ver com o conteúdo dos aplicativos. Não somos viciados em fotos maravilhosas, mas sim no Instagram; muito menos em notícias, nosso vício é no Twitter. “A *economia da atenção* usa o vício para otimizar o tempo que gastamos na frente das telas”, finaliza a jornalista espanhola.

3.3. Liberdade/Privacidade x Segurança

Zygmunt Bauman (2011) defende que o conceito de relacionamento é ambíguo pois é interpretado de diferentes maneiras por cada geração. No passado, não havia o conceito de redes, mas sim o de laços humanos e de comunidades. A diferença entre eles é que a comunidade nos precede: nós nascemos em uma comunidade. Já a rede é o oposto, pois é feita e mantida por duas ações diferentes: a conexão e a desconexão. O atrativo desse novo tipo de interação social da pós-modernidade, baseada nas relações virtuais, está exatamente na facilidade de desconexão. Considerando as relações *off-line*, ou seja, as relações humanas olho a olho, percebe-se como é difícil romper vínculos. É necessário encontrar desculpas, explicar-se, até mesmo mentir e, mesmo assim, ainda há insegurança e desconforto. Já nas relações *on-line*, basta apertar um comando. No ambiente virtual, rompe-se um relacionamento hoje e logo surgem muitos outros. E é nesse ambiente anônimo que os piores sentimentos das pessoas vêm à tona.

Para Bauman (2011), esse novo tipo de relacionamento mina os laços humanos e configura um fenômeno ambivalente, pois estamos todos em uma solidão e em uma multidão ao mesmo tempo, onde dois valores indispensáveis definem a ambivalência da vida: a segurança e a liberdade. Segurança sem liberdade é escravidão. Liberdade sem segurança é um completo caos, é a incapacidade de fazer nada, planejar nada, nem mesmo sonhar. Então é necessário um equilíbrio. Entretanto, o grande problema é que ninguém na história encontrou a fórmula de ouro entre segurança e liberdade. Cada vez que você tem mais segurança, você entrega um pouco da sua liberdade. Não há outra maneira. Cada vez que você tem mais

liberdade, você entrega parte da sua segurança. Então ganha-se algo e perde-se algo.

Em seus escritos dos anos de 1920, Sigmund Freud (apud BAUMAN, 2011) conclui que a civilização é sempre uma troca, onde se dá algo de um valor para receber algo de outro valor. Então o psicanalista analisa que o problema da sua geração foi entregar liberdade demais em prol da segurança. Contudo, Bauman vai no sentido oposto, argumentando que os problemas da pós-modernidade derivam do fato da população entregar demais a segurança em prol de mais liberdade. A partir daí, Bauman (2011) chega a duas conclusões: a primeira é a dúvida de uma solução perfeita do dilema entre segurança e liberdade, pois acredita que sempre haverá muito de uma desequilibrando a outra constante. O segundo ponto levantado pelo autor é a crença de que a população nunca irá parar de procurar esse equilíbrio utópico.

Marta Peirano (2020) mostra-se preocupada com a facilidade com que as pessoas renunciam aos seus direitos mais fundamentais atualmente. Durante os regimes autoritários do século 20, pessoas morreram pelo direito de se encontrar livremente sem que o governo soubesse suas identidades e seus paradeiros; pelo direito de manterem conversas privadas; e também preservarem em anonimato doenças familiares que poderiam comprometer contratações caso se confirmassem hereditárias. “Custou-nos muito sangue para obtê-los [os direitos] e agora estamos abandonando-os com um desprendimento que não é natural”. Assim, Peirano conclui que esse comportamento só é possível pois foi implantado e é alimentado por um ecossistema que se beneficia diretamente dos nossos dados.

3.4. Criptografia e mensageria privada

No início do século 21, ainda não era tão perceptível para a população o verdadeiro potencial da internet, seus benefícios, seus malefícios, seu amplo sistema de vigilância e a real função do botão *excluir* dos nossos aparelhos, muito menos a utilidade da chamada *nuvem* das grandes empresas de tecnologia. Até os dias atuais, ainda há um alerta quando se deleta algo dos nossos dispositivos: “Tem certeza de que deseja excluir o arquivo?”. Por isso, Edward Snowden explica que o que nos parece ser uma exclusão definitiva é, na verdade, apenas uma instrução para a gravação dos nossos dados nos servidores. “A exclusão não faz nada com um arquivo além de ocultá-lo”. (SNOWDEN, 2019)

Para garantir a privacidade na internet, os ativistas voltaram-se para o lema do

movimento *Cypherpunk*: “Privacidade para os fracos e transparência para os poderosos”. Esse movimento também debate a liberdade na internet, a democratização da criptografia, a difusão do Projeto Tor, a importância das comunicações privadas em um estado de vigilância constante, entre outros pontos fundamentais para a privacidade na era do capitalismo de vigilância. Como afirmou Julian Assange em *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet* (2013): “Este livro não é um manifesto. Não há tempo para isso. Este livro é um alerta”.

A *Wikileaks* já havia alertado sobre a *militarização do ciberespaço*, que depois foi comprovada pelos documentos de Edward Snowden, em 2013. Por isso, após o vazamento do esquema de vigilância em massa da NSA em conluio com as grandes companhias do Vale do Silício, as *Big Techs* se viram pressionadas a rever sua política de segurança e aumentar a privacidade dos usuários.

A empresa *Facebook* adotou a criptografia de ponta a ponta em seu principal serviço de trocas de mensagens, o *WhatsApp*. Com isso, somente o emissor e o receptor possuem a chave de criptografia da mensagem. Quando a mesma está “em trânsito”, ela torna-se codificada e só pode ser lida quando chega ao seu destino. Com o tempo, outras mudanças ocorreram no aplicativo, como a inclusão de grupos com até 256 membros e o encaminhamento de mensagens em massa.

O que não era esperado é que o Brasil seria cobaia do uso político do *WhatsApp*. Durante as eleições de 2018, grupos com fins específicos aproveitaram-se da criptografia de ponta a ponta da plataforma, garantindo assim o anonimato dos messageiros e das mensagens para disseminar propaganda e desinformação em massa entre a população. Esse esquema foi denunciado durante o segundo turno das eleições presidenciais pela jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de S. Paulo, na reportagem “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp” (2018). Na ocasião, Mello listou as empresas de marketing que teriam sido pagas para disparar desinformação em massa sobre o candidato Fernando Haddad (PT).

Após as denúncias, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) abriu uma investigação sobre a doação de empresas para as campanhas, uma prática ilegal, e sobre a disseminação das chamadas *fake news* durante o pleito. Porém, as investigações do TSE não foram capazes de provar nada.

Por conta da *infodemia* (desinformações sobre a pandemia de COVID-19) e visando as eleições brasileiras de 2022, o *WhatsApp* reduziu o encaminhamento de mensagens para até cinco usuários a fim de combater a disseminação de informações

falsas e as mensagens de ódio na plataforma. Entretanto, a iniciativa tornou-se pífia diante das revelações do *The Facebook Files* pelo *The Wall Street Journal*, em outubro de 2021.

Capítulo 4. Máquina de propaganda e desinformação

As narrativas ficcionais e a desinformação não foram criadas no século 21, muito menos as máquinas de propaganda política que proporcionaram tanto poder aos regimes totalitários no século passado. Muito utilizadas durante os mais sangrentos regimes, elas foram fundamentais para criar nações idealizadas no imaginário das pessoas e esconder o que, de fato, ocorria dentro das próprias fronteiras. “A máquina de propaganda soviética era tão eficiente que conseguiu esconder as atrocidades monstruosas em casa ao mesmo tempo que projetava uma visão utópica no exterior”. (HARARI, 2018)

Baseadas em ficções, as máquinas de propaganda apelam às emoções das pessoas para induzi-las a agir de acordo com as massas. Se no começo deste século era possível unir a sociedade através de *slogans* que despertavam emoções positivas, como “Yes, we can” de Barack Obama ou relacionadas à esperança e à felicidade do Partido dos Trabalhadores, na segunda década do século o discurso paz e amor deu lugar à política do ódio.

Ao invocar emoções negativas no eleitorado (como medo, ódio, ressentimento, raiva), líderes populistas voltaram à cena declarando guerra a inimigos imaginários. Para que isso fosse possível, não bastava mentir ou disseminar boatos. Era necessário criar histórias convincentes para, então, convencer a população a se mobilizar. Assim, os estrategistas políticos perceberam que era preciso dividir a sociedade em dois pólos no que seria chamado de polarização política.

As máquinas de propaganda e desinformação não dão informações às pessoas, elas provocam emoções. Segundo Roger Stone (2017), para isso dar certo inicialmente é preciso abordar a questão dos valores - que reúne toda agenda conservadora. Depois, trabalha-se o comportamento dos usuários. Finalmente, abre-se a porta para a política.

De acordo com o filósofo estadunidense Jason Stanley,

É difícil promover uma política que prejudicará um grande grupo de pessoas diretamente. O papel da propaganda política é ocultar os objetivos claramente problemáticos de políticos ou de movimentos políticos, mascarando-os com ideais amplamente aceitos. Uma perigosa e desestabilizadora guerra pelo poder torna-se uma guerra cujo objetivo é a estabilidade, ou uma guerra cujo objetivo é a liberdade. A propaganda política usa a linguagem dos ideais virtuosos para unir pessoas por trás de objetivos que, de outra forma, seriam questionáveis. (STANLEY, 2019, p. 37)

A propaganda política mascara discursos que seriam inaceitáveis - e até criminosos - se ditos em sua essência. Um exemplo dado por Stanley é a retórica da *guerra ao crime* defendida pelo então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon (1969-1974). Na teoria, Nixon conduziria o país a um lugar seguro sob a doutrina da lei e da ordem. Na prática, como apontado nas anotações do diário de seu chefe de gabinete, H.R. Haldeman: “Temos de encarar o fato de que todo o problema resume-se aos negros”, teria dito Nixon. (apud STANLEY, 2018, p. 38)

Então o encarceramento em massa seria uma política divisiva que controlaria a população negra do país através da privação de sua liberdade, transformando a população encarcerada em mão de obra barata dentro dos presídios. Isso ocorre até os dias atuais e é retratado no documentário *13ª Emenda*, de Ava DuVernay (2016). Com o fim da escravidão, o sistema político e a classe dominante encontraram uma maneira de continuar privando grupos marginalizados da liberdade e de se apropriarem de sua mão de obra de maneira legalizada.

Outro argumento de Stanley (2018) é em relação à retórica de *combate à corrupção*. Muito utilizada por políticos fascistas, esse discurso tem a intenção de condenar a corrupção no Estado que almejam se eleger. Mas, na realidade, só serve como disfarce para esconder a própria corrupção, já que esses políticos são sempre mais corruptos do que os governantes que querem tirar do poder. Muitas vezes, a pauta do *combate à corrupção* é usada para combater políticos que tiraram a classe dominante do poder. “Corrupção, para o político fascista, consiste na corrupção da pureza, e não da lei” (STANLEY, 2018 p. 39). Dessa maneira, políticos autoritários pretendem retomar os valores tradicionais da nação com as hierarquias tradicionais e os velhos arranjos sociais.

Essa retórica também é muito utilizada em relação ao sistema judiciário. Líderes populistas afirmam que, de modo geral, os juízes não são imparciais e suas sentenças estão comprometidas devido a perseguições orquestradas. Não raro, esses líderes substituem juízes imparciais por juízes partidários logo depois de eleitos. Essa estratégia foi utilizada por Viktor Orbán na Hungria e por Andrzej Duda na Polônia. Em 2019, durante o golpe cívico-militar policial na Bolívia, juízes foram presos com o mesmo argumento de parcialidade.

Também pode acontecer do próprio sistema judiciário se corromper e se apropriar da retórica de *combate à corrupção* para perseguir partidos e pessoas que se colocam contra o interesse da classe dominante do país. Um exemplo foi a

Operação Lava Jato no Brasil, ocorrida entre 2014 a 2021. Inicialmente, a força-tarefa surpreendeu ao prender grandes empresários e importantes políticos em sucessivas operações da Polícia Federal. Em conluio com a grande mídia, a *Lava Jato* rotineiramente estampava os noticiários e suas ações passaram a ser acompanhadas pela população como uma espécie de minissérie. Entretanto, em algum momento, jornalistas, membros do judiciário, partidos e parte da sociedade civil começaram a denunciar seus abusos, como o uso ilegal da condução coercitiva, pressão por delações nomeadas, aceite de delações premiadas sem provas, prisões arbitrárias, perseguições a pessoas específicas - como Carlos Cancelier, cuja *Operação Ouvidos Moucos* levou o reitor da UFSC ao suicídio, e, finalmente, o cerco jurídico a grupos definidos - como o Partido dos Trabalhadores (PT), que culminou na prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o ano eleitoral de 2018. Na época, Lula liderava todas as pesquisas de intenções de votos sendo o candidato favorito para a presidência.

No Brasil, a máquina de propaganda e desinformação aproveitou-se de pautas sensíveis à população. Como primeiro grande acontecimento político do ano de 2018, houve o assassinato brutal de Marielle Franco na noite de 14 de março, executada com cinco tiros de fuzil junto ao seu motorista Anderson Gomes. Marielle era uma mulher negra, mãe solo, bissexual, cria da Maré, beneficiária de políticas públicas, vereadora da cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL e defensora dos Direitos Humanos. De acordo com o seu amigo e deputado federal Marcelo Freixo (PSB), na mesma noite do assassinato começaram a circular desinformações nas mídias sociais associando Marielle ao tráfico de drogas, à defesa de criminosos e até como participante do crime organizado do Rio de Janeiro. Dessa forma, a agenda de Direitos Humanos defendida por Marielle Franco logo foi desvirtuada pelas milícias digitais, transformando-se em uma *guerra ao crime* ao associarem Direitos Humanos à proteção de criminosos.

No mês seguinte, com a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 7 de abril, a principal pauta do país voltou-se ao *combate à corrupção* - inflada pela *Operação Lava Jato*, defendida agressivamente por apoiadores antipetistas e com uma cobertura desproporcional pela imprensa tradicional. Meses depois, o candidato do Partido dos Trabalhadores foi proibido de concorrer à eleição, teve pedidos de entrevistas na prisão negados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e acompanhou, encarcerado, seu aliado Fernando Haddad (PT) ser derrotado por Jair Bolsonaro (ex-PSL, atual PL) no segundo turno das eleições presidenciais.

Após a série de reportagens intitulada *Vaza Jato* do The Intercept Brasil, foi provado que o juiz Sergio Moro, responsável por julgar os processos contra Lula, agia em conluio com os membros da Procuradoria responsáveis pelas acusações. Posteriormente, sua imparcialidade nos julgamentos foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, o que levou à invalidação das condenações do ex-presidente e ao reinício das investigações. Outras acusações foram anuladas por falta de evidências. Mas o que tirou Lula do cárcere, após 580 dias preso, foi o reconhecimento pelo STF da ilegalidade da prisão em segunda instância. Assim, a mais alta corte jurídica do país decidiu que o réu deve permanecer em liberdade até ser julgado em todas as instâncias possíveis.

No entanto, engana-se quem pensa que a máquina de propaganda e desinformação é alimentada apenas por políticos populistas. A seguir, veremos oito suspeitos usuais responsáveis pelo caos informacional nos dias atuais, de acordo com BANKELER, FARIS & ROBERTS (2018) e apresentados em aula pelo professor Márcio Moretto Ribeiro/EACH USP (2020), disponibilizada no *Youtube*.

1. Fabricantes de *clickbaits*

Atores que produzem conteúdo político com apelo emocional. Ou seja, sites com a intenção de conseguir cliques que são monetizados. Isto ocorre, principalmente, devido à mudança no modelo de negócios da internet. Através da propaganda direcionada dos sites de busca, somos levados a pequenos sites com manchetes apelativas e conteúdos sensacionalistas. Esses sites são responsáveis por um número significativo de compartilhamento de notícias na internet.

Hoje, a maioria das pessoas encontra notícias e informações na *web* por meio de alguns poucos sites de mídia social e mecanismos de busca. Esses sites ganham mais dinheiro quando clicamos nos links que eles exibem para nós. E eles escolhem o que exibir para nós com base em algoritmos que tomam conhecimento de nossos dados pessoais e que são coletados constantemente. O resultado líquido é que esses sites nos exibem conteúdo em que acham que vamos clicar, o que significa que a desinformação, ou as “notícias falsas”, que é surpreendente, chocante ou projetada para apelar aos nossos vieses pode se espalhar rapidamente. [...] Aqueles com más intenções podem manipular o sistema para espalhar desinformação para ganho financeiro ou político. (Sir Tim Berners-Lee apud D’ANCONA, 2018, p. 103)

2. Hackers russos

Trata-se de inúmeros usuários replicando o mesmo conteúdo através de disparos em massa: os chamados *bots do Twitter*. Esses atores aproveitam-se da arquitetura das plataformas para estimular pautas e impulsionar conteúdos específicos.

Investigações nos Estados Unidos após a vitória de Donald Trump confirmaram a participação de hackers russos nas eleições de 2016, com o objetivo de impulsionar propaganda principalmente contra a democrata Hillary Clinton. Na ocasião, documentos confidenciais do comitê do Partido Democrata foram vazados e provocaram uma crise na campanha de Clinton. Há evidências de que existe participação do governo russo nesse processo, pois um dos seus objetivos é desestabilizar o Ocidente para, assim, sair da mira dos Estados Unidos.

Quando questionado pelo jornalista Fernando Moraes, Julian Assange - que supostamente teria ajudado o governo russo e a empresa *Cambridge Analytica* a enfraquecer a campanha democrata - disse que era necessário observar essa estratégia por outra perspectiva. Para Assange (2017), o Partido Democrata e o Partido Republicano são iguais, isto é, seguem o mesmo manual político. Só que os democratas agem e cometem abusos discretamente enquanto os republicanos fazem-nos descaradamente, inclusive nomeando executivos de grandes empresas para altos cargos no governo. Também é importante lembrar que o escândalo revelado pelo Caso *Snowden* ocorreu durante o governo de Barack Obama. Ou seja, o Partido Democrata vigiava países estratégicos, incluindo aliados como o Brasil e a Alemanha.

3. Algoritmos de curadoria

Esse é um argumento associado ao aprendizado de máquina (*machine learning*) e às gigantes do Vale do Silício. O objetivo é treinar os algoritmos das plataformas a partir das nossas preferências, coletando nossos dados para montar padrões específicos e, assim, personalizar os nossos *feeds*. Com isso, os algoritmos “filtro bolha” criam as chamadas *câmaras de eco*, que nos bombardeiam de informações que corroboram nossas crenças e reforçam nossas visões de mundo. Contudo, o argumento das *câmaras de eco* não é consenso entre a comunidade científica.

Nos documentos publicados inicialmente de forma anônima pelo *The Wall Street Journal* (2021) - no caso que ficou conhecido como *The Facebook Files* - e depois delatados presencialmente no Senado dos Estados Unidos, a ex-funcionária

Frances Haugen revelou que o Facebook tem conhecimento dos efeitos danosos de seus algoritmos em diversos países. Visando aumentar os próprios lucros, a empresa desprezou pesquisas realizadas internamente sobre os impactos negativos dos aplicativos em crianças, omitiu-se diante de distorções de imagem que acometem meninas e mulheres usuárias da plataforma, negligenciou movimentos que provocaram massacres em países pobres, ignorou redes de tráfico humano e de prostituição em nações que não usam o inglês como idioma oficial e, de um modo geral, colaboraram com o aprofundamento da polarização política e da desestabilização de democracias pelo mundo. Posteriormente, o *The Washington Post* (2021) revelou que o Facebook ajudou a impulsionar conteúdo de ódio e desinformação que culminou na invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, no dia 6 de janeiro de 2021.

4. *Cambridge Analytica*

A *Cambridge Analytica* é uma empresa de marketing político que virou alvo de investigações após denúncias de sua participação nas campanhas pró-Brexit e pró-Trump, ambas ocorridas em 2016. A empresa também virou tema do documentário *Privacidade Hackeada*. (NETFLIX, 2019)

Ex-funcionários relataram como eram montadas as estratégias de campanhas a partir das mídias sociais: a *Cambridge Analytica* coletava dados de perfis no Facebook, depois realizava um trabalho de hipersegmentação de público e, com isso, direcionava propaganda específica de acordo com o público-alvo. Em sua delação, Brittany Kaiser (2019) revelou que a empresa tinha um extenso banco de dados com cerca de cinco mil informações sobre cada eleitor americano, o que possibilitava dividir os usuários em hipersegmentos muito específicos e bombardeá-los de conteúdos emocionais.

Um dos protagonistas da *Cambridge Analytica* é Steve Bannon, estrategista político da extrema-direita e líder do *The Movement* (movimento internacional conservador de ultradireita). Nas campanhas políticas, Bannon não trabalha com informações. Ele gera emoções em seu público-alvo. E isso é extremamente perigoso porque modula o comportamento dos usuários. Assim como Roger Stone, outro conhecido estrategista político dos Estados Unidos que participou das vitoriosas campanhas de Richard Nixon, Ronald Reagan, George H. W. Bush e, finalmente, de Donald Trump, Bannon também estimula os piores sentimentos dos eleitores. “Eu

trabalho com ódio”, afirmou Stone (2017).

A partir desses sentimentos, gera-se o caos na sociedade que resulta na divisão da população e na polarização política.

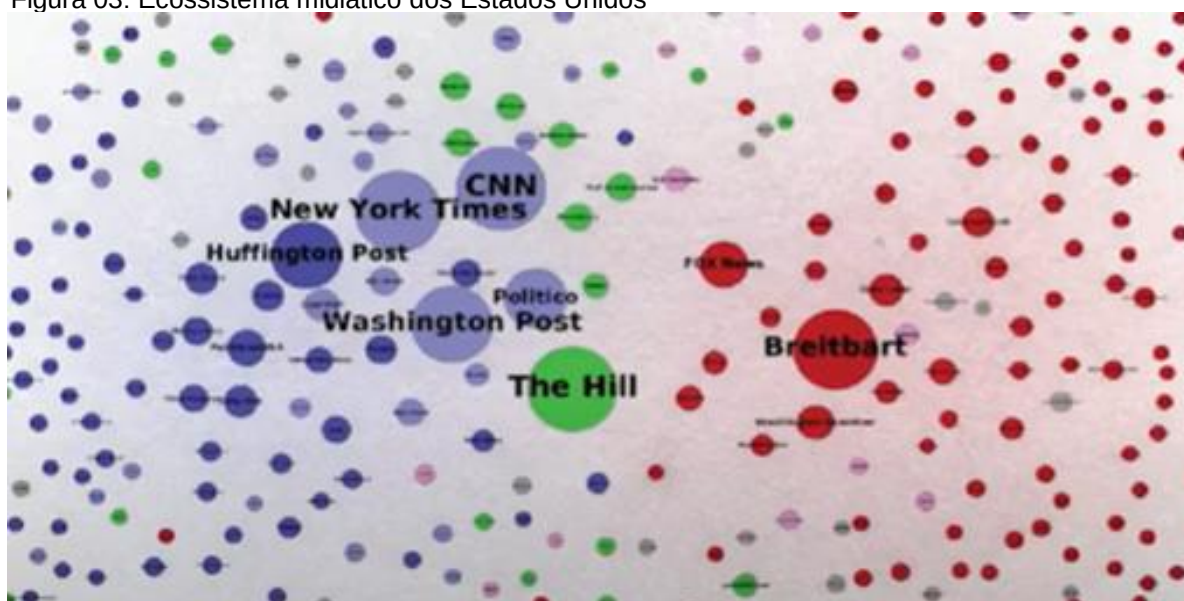
5. *Trolls* da extrema-direita

Nos Estados Unidos, são os chamados *trolls* da *alt-right* ou *alt-lite*. Trata-se de grupos que se reúnem nos lugares mais obscuros da internet (*dark web*), em fóruns anônimos ou mesmo em grupos privados de mensageria privada (*WhatsApp*, *Telegram*). Espalhados por vários países, eles se organizam a partir de ideologias em comum para ataques orquestrados em diferentes plataformas.

6. Ecossistema midiático da direita

A polarização política também modificou a maneira de consumir notícias desses dois pólos assimétricos. Nos Estados Unidos, a direita isolou-se e se tornou um ambiente cada vez mais radicalizado. Segundo BANKELER, FARIS & ROBERTS (2018), o ecossistema da direita consome majoritariamente notícias das mídias de direita. O mesmo não acontece com o campo progressista, pois a esquerda não se diferencia da grande mídia. Dessa forma, os progressistas consomem conteúdos de veículos da imprensa tradicional, como *The New York Times*, *The Washington Post* e *CNN*. Já na direita, o principal veículo lido é o *Breitbart*, de Steve Bannon. Considerado de extrema-direita, o *Breitbart* acaba exercendo a função de uma máquina de propaganda e desinformação desse pólo.

Figura 03: Ecossistema midiático dos Estados Unidos

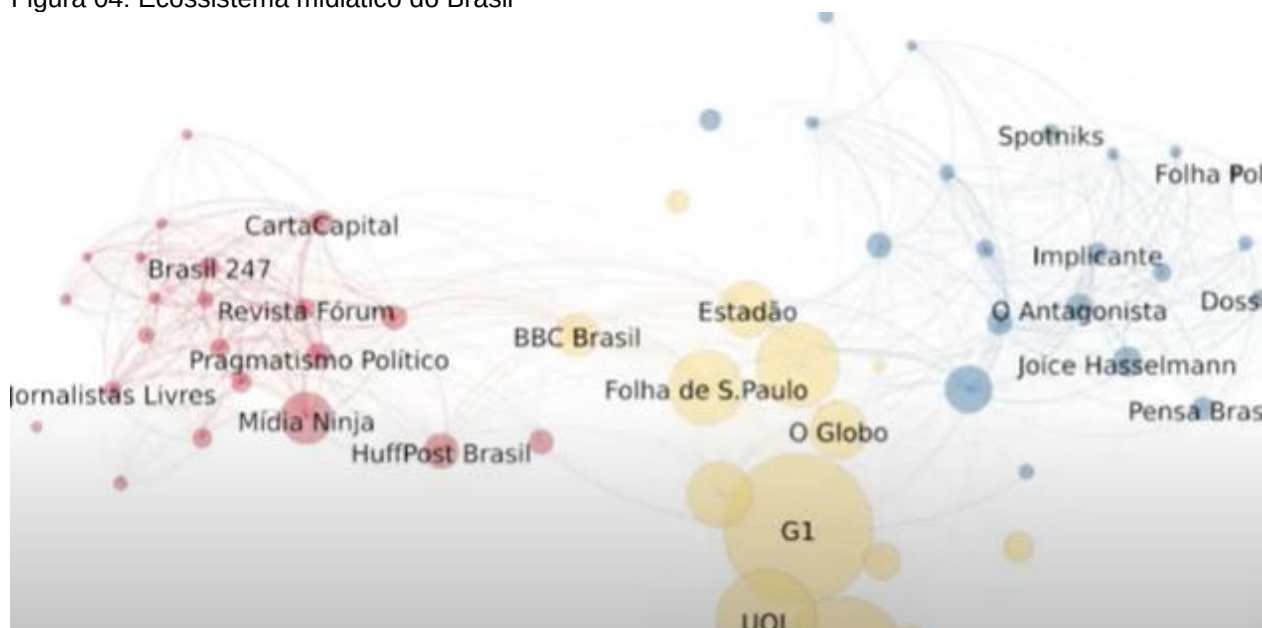


Fonte: BANKELER, FARIS & ROBERTS (2018)

Já no Brasil, há duas possíveis interpretações.

“Uma coisa que a gente [Monitor do Debate Político no Meio Digital] poderia extrair é que, diferente dos Estados Unidos em que a direita se isolou, no Brasil tanto a direita quanto a esquerda estão fechadas sobre si mesmas. Por outro lado, diferente dos EUA, a grande imprensa no Brasil ainda presta como uma espécie de meio campo entre a direita e a esquerda.” (RIBEIRO, 2020)

Figura 04: Ecossistema midiático do Brasil



Fonte: Monitor do Debate Político no Meio Digital - GPoPai/USP (2016)

7. Imprensa tradicional

A chamada imprensa tradicional tem um papel fundamental ao focar demais em líderes populistas com tendências autoritárias, mesmo que seja para atacá-los. No livro *A Máquina do Ódio* da jornalista Patrícia Campos Mello (2020), a autora aconselha a “não dar palco para maluco dançar”. Ou seja, não transformar a grande mídia em palanque para esses candidatos se promoverem e potencializarem o alcance de seus discursos - geralmente com conteúdo emocional e apelativo que desperta os piores sentimentos da população (raiva, ódio, medo, ressentimento). Assim, os próprios líderes populistas geram pautas polêmicas constantemente para se manterem nos noticiários.

Em um contexto de descrença das instituições democráticas tradicionais, incluindo a mídia tradicional, os políticos considerados antissistema teriam se beneficiado do papel da imprensa de atacar os dois pólos igualmente. Tendo em vista que parte da população não acredita mais no que a elite midiática reporta, esse núcleo

extremista considera as críticas aos seus líderes como um sinal positivo de que eles estão, de fato, incomodando o sistema tradicional.

Dessa maneira, ao focar igualmente nos dois candidatos, mesmo que para criticá-los, a grande mídia estaria legitimando a candidatura extremista em vez de rechaçá-la de maneira contundente.

8. Donald Trump

Trata-se de populistas que se transformam em fenômenos sociotecnopolíticos, como o trumpismo e o bolsonarismo, por exemplo. Esses políticos, ao se manterem constantemente nos holofotes, transformam a política em um grande espetáculo. Como bem definiu o jornalista da *Globonews* Felipe Santana, a política transforma-se em um *reality show*. Ou seja, o entretenimento conta mais do que a política propriamente dita.

Além de beneficiários desse esquema, os populistas também tornam-se os protagonistas de uma grande máquina de propaganda e desinformação alimentando diretamente suas bases ou seus *fandons* sem a necessidade de intermediários. Assim, eles conectam-se diretamente com o seu eleitorado através de suas contas pessoais no *Twitter* ou em outras mídias sociais. Então o político transforma-se em um influenciador digital, de acordo com o pesquisador de mídias sociais Fábio Malini. (2021)

Conclusões

Diante de tudo que foi apresentado, conclui-se que Bolsonaro é muito mais do que um ator político de extrema-direita. O bolsonarismo transformou-se em um fenômeno sociotecnopolítico capaz de polarizar a sociedade brasileira e provocar o caos permanente. Independente do resultado das urnas eletrônicas em 2022, que com certeza será contestado pelo presidente e por seus apoiadores, o bolsonarismo já é o grande vencedor da política brasileira da última década. As eleições são somente uma parte do projeto: o golpe em si é em relação ao sistema político, não propriamente às eleições.

É o que defende Marcos Nobre (2021), filósofo, cientista social e presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), que acrescenta que engana-se quem pensa que o projeto do Messias brasileiro limita-se à questão eleitoral. Durante os últimos três anos, Bolsonaro aparelhou diversas instituições democráticas que o blindaram e comprometeram a soberania do país. Do mesmo modo, o presidente esvaziou o orçamento de áreas estratégicas, como a cultura, educação, ciência, tecnologia, desenvolvimento e preservação ambiental, enquanto aprovou emendas bilionárias aos parlamentares aliados.

O Ministério do Meio Ambiente teve sua função desvirtuada e conseguiu “passar a boiada” com recordes de desmatamento, queimadas e extrações ilegais - gerando uma perigosa crise em relação à preservação da Amazônia e isolando o Brasil internacionalmente com seu ineficaz Ministério das Relações Exteriores. O futuro do Ministério da Educação ainda é incerto após a pandemia, com idas e vindas nos repasses durante as gestões de três diferentes ministros que em comum nutrem o desprezo pela educação pública, pelas universidades, pelo pensamento crítico e pelas políticas públicas de inclusão raciais e sociais. O que já se pode constatar é o processo de sucateamento pelo qual a educação superior pública do Brasil está passando e a diminuição drástica das pesquisas no país, com o corte de 92% do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento em 2022. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos virou um recanto ultraconservador de políticas reacionárias e seus representantes já votam juntos com países fundamentalistas nas assembleias da Organização das Nações Unidas (ONU). O Ministério da Agricultura preocupa-se mais com os pecuaristas e com os produtores de agrotóxicos do que com os números alarmantes de famintos no país. O Gabinete de Segurança Institucional tornou-se o porta-voz do golpe, enquanto a Procuradoria

Geral da República transformou-se em uma espécie de advocacia particular da família Bolsonaro. Por fim, citando apenas alguns exemplos, o Ministério da Saúde foi alvo de uma das mais graves CPIs da história, que revelou tentativas de desvios bilionários na compra de vacinas para a COVID-19, negligências diante das ofertas da *Pfizer* - que pretendia priorizar o Brasil e nos transformar em um exemplo mundial de vacinação contra o Coronavírus - e até perseguições contra servidores públicos que fiscalizavam contratos controversos.

Em referência aos horrores da Alemanha nazista, o Ministério da Saúde também legitimou uma política eugenista em conluio com o Grupo Prevent Senior, com o governo federal e com o Conselho Federal de Medicina (CFM), indicando tratamentos precoces ineficazes, deixando os pacientes do convênio em contato com o vírus nos hospitais da rede e optando pelo óbito de idosos através de cuidados paliativos não autorizados para diminuir os custos das internações e liberar leitos. Além disso, em janeiro de 2021, a falta de oxigênio nos hospitais públicos de Manaus, no que seria um teste do governo federal sobre a imunidade de rebanho, matou centenas de pessoas sufocadas e chocou o país. O número oficial da pandemia no Brasil até a conclusão dessa dissertação, em 6 de fevereiro de 2022, é de 632.193 óbitos, além das subnotificações.

Assim, Nobre (2021) conclui que a eleição presidencial de 2022 é só mais uma das etapas do projeto bolsonarista. Durante os últimos três anos (2019 a 2021), a sociedade tornou-se radicalmente polarizada (com extremos assimétricos: bolsonaristas antidemocráticos x cidadãos democráticos dos mais variados campos políticos), a ultradireita foi naturalizada, a violência pública e institucional transformou-se em uma poderosa arma do governo - inclusive com a legitimação das milícias físicas e digitais. Várias instituições de Estado foram aparelhadas e outras esvaziadas. Por fim, as emoções tornaram-se mais relevantes do que a razão nas tomadas de decisão da população, em parte da cobertura midiática, no uso das tecnologias digitais e, principalmente, nas eleições. Por isso, independente de 2022, o bolsonarismo já triunfou e esse é um fenômeno deletério com o qual teremos que lidar por anos.

Entretanto, apesar do neofascismo à brasileira se assemelhar muito ao trumpismo, a grande diferença é que enquanto o projeto autoritário estadunidense cumpriu rigorosamente a premissa do *America First* e preservou a soberania da maior economia do mundo, o autoritarismo brasileiro executa um projeto de destruição do nosso país e da entrega das nossas riquezas. No derradeiro 6 de janeiro de 2021,

durante a tentativa de golpe civil nos Estados Unidos com a invasão do Capitólio, as instituições democráticas se mostraram independentes e reagiram. Já no Brasil, há dúvidas do quanto seremos capazes de resistir. Por isso, o bolsonarismo é um projeto autoritário que jamais deveria ter chegado ao poder. Tendo êxito e deixando um legado de destruição, agora é preciso pensar no fortalecimento e na reconstrução das nossas instituições.

Na última década, por conta das tecnologias digitais, as guerras informacionais intensificaram-se alterando a percepção de realidade da população e transformando a verdade em uma variável dispensável na política atual. Para que o processo de radicalização da população e a morte da nossa democracia continue sendo viável, há de se considerar a internet e as mídias sociais. Ao mudar os hábitos de consumo dos usuários através de recompensas instantâneas, radicalizar o debate público e legitimar atitudes criminosas no ambiente virtual, as mídias sociais modularam o comportamento de diferentes populações. O surpreendente é que tudo foi feito intencionalmente por grandes empresas de tecnologia visando aumentar seus exorbitantes lucros.

Assim, grande parte da responsabilidade sobre o caos que a humanidade vive é das *Big Techs*, que se juntaram aos governos para nos vigiar e criaram diferentes percepções de mundo através de seus algoritmos de curadoria. Tudo isso foi provado por diferentes delatores: Julian Assange, cartógrafo da informação e fundador do site Wikileaks, que revelou ao mundo os perigos da internet e da sua constante vigilância estatal; Edward Snowden, ex-agente da Comunidade de Inteligência dos Estados Unidos, delator da vigilância em massa da NSA junto às empresas coconspiradoras do Vale do Silício; Brittany Kaiser, ex-funcionária da *Cambridge Analytica*, que denunciou como a empresa de propaganda política aproveitou-se de dados do Facebook sobre os usuários para vencer o Brexit e também as eleições presidenciais dos Estados Unidos, resultando na vitória de Donald Trump.

Recentemente, ocorreu a delação de Frances Haugen, ex-gerente de produto do Facebook (Anexo I). Em outubro de 2021, vários documentos fotografados na tela do computador por Haugen foram editados por sua assessoria, omitindo nomes e informações pessoais de terceiros, e depois foram entregues a uma comissão do Senado dos Estados Unidos. Posteriormente, eles foram distribuídos à imprensa internacional dos países citados nos relatórios. Muitas das denúncias já foram publicadas pelo *The Wall Street Journal* no chamado *The Facebook Files*. No início

de novembro de 2021, o Núcleo Jornalismo e a Folha de S. Paulo foram incluídos no consórcio de imprensa responsável pelos documentos e ambos já estão revelando como o Brasil aparece nas pesquisas internas do Facebook, em uma série de reportagens chamada *Os documentos do Facebook* ou *Facebook Papers*. Até a conclusão dessa dissertação, de acordo com o filósofo e docente da USP Pablo Ortellado (2021), já é possível dividir as revelações em três pontos.

O primeiro refere-se às motivações financeiras, quando houve uma mudança no algoritmo da empresa que ampliou a distribuição de conteúdos divisivos e de ódio. O segundo ponto diz respeito ao Facebook não moderar adequadamente conteúdos fora dos EUA, pois sua inteligência artificial está programada para o inglês e para alguns poucos países estratégicos da Europa. Isso ocorre porque a moderação humana para outros idiomas foi considerada muito cara pela empresa. Já o terceiro ponto, considerado por Ortellado como a revelação mais perturbadora, revela que o Facebook criou mecanismos para desarticular movimentos sociais, rompendo com o princípio da neutralidade e decidindo sozinha quais movimentos são legítimos - mesmo que nem sempre os usuários punidos tenham violado os termos de uso da plataforma.

Por isso, é compreensível que as *Big Five* (Amazon, Microsoft, Facebook, Google e Apple) estejam na lista das maiores receitas da atualidade. De acordo com o cientista social e docente da UFABC Sérgio Amadeu, não é possível afirmar que os dados são o novo petróleo do século 21 pois esses produtos se distinguem em sua matéria-prima, sendo o petróleo um recurso natural e os dados obtidos artificialmente. Mas não há dúvidas de que as gigantes do Vale do Silício tornaram-se decisivas para a sobrevivência ou para a morte das democracias.

Então é urgente que se criem leis para diminuir seu poder e regular seus conteúdos, tirando-lhes o papel de “Ministério da Verdade” que Orwell tanto temia. É preciso tornar públicas as arquiteturas de rede dessas plataformas para que se crie, a partir daí, uma legislação adequada para o seu bom funcionamento. Além disso, é inevitável a discussão sobre o monopólio dessas empresas. Como defendeu a senadora estadunidense Elizabeth Warren no *Twitter*: “Nós deveríamos acabar com as *Big Techs*”. Ou, pelo menos, tentar desmembrá-las para que não concentrem tanto poder.

Figura 5: Post da senadora Elizabeth Warren sobre as Big Techs



Fonte: Twitter, 2021.

Entre as soluções sugeridas por pesquisadores, uma diz respeito à desplataformização de políticos antidemocráticos que disseminam desinformações em série, assim como ocorreu com Donald Trump após a vitória de Joe Biden, em 2021. Isso não ocorreria de forma arbitrária porque esses posts, por si só, violam as diretrizes das próprias plataformas. Outra proposta é a rastreabilidade das mensagens em massa da mensageria privada, principalmente em relação ao *WhatsApp*. Atualmente, o aplicativo esconde a origem de mensagens virais - o que incentiva comportamentos nocivos. Com a rastreabilidade dos desses conteúdos, separa-se a comunicação interpessoal criptografada de ponta a ponta da comunicação pública, com rastreamento dos metadados. Ou seja, rastreamento do emissor e dos seus vários destinatários. (ORTELLADO, 2021)

Com essa nova cultura midiática e comportamental intermediada pelas mídias digitais, também são necessários novos modelos de negócios que sejam capazes de informar e que alcancem os mais variados públicos. A mensagem, impreterivelmente, precisa ser a mesma independente do formato. Nesse sentido, é preciso criar conteúdos específicos de acordo com as diversas gerações e suas diferentes relações com as tecnologias.

Além disso, no que poderia ser chamado de “O Quinto Poder”, é necessário que cada vez mais Edward Snowdens e Frances Haugens recebam proteção para denunciarem seus empregadores - sejam eles governamentais ou privados - toda vez que os mesmos ultrapassarem os limites da lei. Isso ajudaria a regular o capitalismo de vigilância das empresas e das agências de inteligência de Estado.

Pós-doutor e especialista em mídias sociais, o professor da UFES Fábio Malini (2021) define o Marco Civil da Internet como um grande avanço da sociedade brasileira aprovado logo após as denúncias de Snowden, em 2014, cuja legislação define que as plataformas não têm responsabilidade sobre aquilo que elas deixam publicar. Assim, a responsabilidade pelo conteúdo postado torna-se do usuário.

Porém, para não criar uma terra sem lei, tais plataformas são guiadas por uma norma que dita que, quando acionadas pela justiça, as mesmas são obrigadas a remover determinados conteúdos. O pesquisador ressalta a importância dessa legislação quando se tratam de plataformas com algoritmos neutros. Ou seja, algoritmos que não têm ação sobre o regime de atenção que determinado conteúdo possui.

Entretanto, se as plataformas beneficiam determinadas publicações para nos manter engajados e, assim, definem o que vai ou não ganhar maior visibilidade nos nossos *feeds*, então as empresas assumem o papel de editoras. Logo, as plataformas passam a ter corresponsabilidade pelos seus conteúdos. Importante pontuar que, de acordo com os documentos vazados por Frances Haugen, os algoritmos de curadoria do Facebook priorizam os conteúdos que provocam emoções negativas nos usuários, tornando menos visíveis os conteúdos racionais e as mensagens positivas. “Por isso, a extração do valor vai se dar a partir dessa lógica de definir o que vai ganhar visibilidade e o que não vai ganhar visibilidade”. (MALINI, 2021)

Em conversa informal com David Nemer (2021), docente da Universidade da Virgínia e professor visitante da Universidade de Harvard, o pesquisador explicou as diferenças entre a legislação dos Estados Unidos no que diz respeito à liberdade de expressão nos espaços públicos e privados. Nemer esclarece que a 1ª Emenda da Constituição norte-americana permite ampla liberdade de expressão em espaços públicos, ou seja, tudo pode ser dito sem recorrer a crimes, já que as falas são consideradas opiniões. Já nos espaços privados - no caso, as mídias sociais - o que vale são as regras das plataformas que os usuários aceitam ao criar suas contas, o que restringe os conteúdos e permite às empresas as exclusões de postagens desinformativas e que incitem o ódio.

No Brasil, a liberdade de expressão - tanto em espaços públicos quanto privados - tem um escopo pré-definido pela legislação, que pode recair em crimes como racismo, xenofobia, misoginia, apologia ao nazismo, calúnia, difamação, injúria, crime contra a honra, entre outros, independente da esfera onde isso aconteça. Assim, o usuário pode e deve ser responsabilizado pelo conteúdo criminoso sempre que necessário. Já as empresas de tecnologia, como nos Estados Unidos, têm autoridade para remover conteúdos impróprios previstos em seus termos de uso.

Sobre a remoção da live de Jair Bolsonaro no dia 25 de outubro de 2021 pelas plataformas Facebook, Instagram e Youtube, o advogado criminalista Augusto de Arruda Botelho analisa que a decisão foi tomada a partir das diretrizes que os usuários

aceitam ao ingressar nas plataformas. Por isso, essas remoções foram legítimas e legais, independente de uma decisão judicial. Para contextualizar, em sua live semanal do dia 21 de outubro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro propagou desinformação ao associar a vacinação contra a COVID-19 ao contágio com o vírus HIV. Segundo Botelho:

Liberdade de expressão é uma garantia constitucional bastante ampla. Você pode falar o que você quiser, quando você bem entender, da forma como você quiser. (...) Só que a liberdade de expressão tem um limite. Então dois pontos que a gente precisa tratar: qual é o limite da liberdade de expressão? É a lei. Eu posso livremente me expressar, mas se eu infringir alguma lei [...] eu tenho que responder às penas da lei. A liberdade de expressão é uma garantia importante, mas ela tem um limite e esse limite é a lei. Esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é que redes sociais são empresas privadas que têm os chamados *padrões da comunidade*. (BOTELHO, 2021, 33')

Por tudo apresentado, é urgente criar estratégias para tirar o autocrata do poder enquanto ainda dá tempo. É geralmente após a reeleição, no segundo mandato, que líderes autoritários corrompem de vez as democracias. Nas próximas eleições presidenciais, Jair Bolsonaro terá a máquina de propaganda estatal a seu favor, paga com o dinheiro público. Por isso, o professor de Relações Internacionais da FGV Oliver Stuenkel lista seis lições aprendidas com a vitória da coalizão democrática que freou a escalada autoritária na República Tcheca. Segundo Stuenkel (2021), quem melhor resumiu a estratégia tcheca foi o populista de direita Andrej Babis, que até então comandava o país: “Havia cinco partidos contra nós e eles tinham um único programa: remover Babis”, declarou o primeiro-ministro ao reconhecer a derrota.

1. Agir rápido e impedir a reeleição

Como já dito, é no segundo mandato que o colapso do sistema democrático torna-se mais perigoso e viável. No primeiro mandato, com exceção do autoritário Alberto Fujimori no Peru que conseguiu dar o golpe nos primeiros anos no poder, os populistas deixam rastros de destruição na democracia, tiram direitos de grupos marginalizados, usam a máquina estatal para enriquecimento próprio e enfraquecem as relações externas com países até então aliados.

Assim como Bolsonaro, Babis também foi acusado de corrupção durante seu mandato e aparelhou instituições para blindar-se. Porém, uma semana antes do pleito de 2021, seu nome apareceu nos documentos do chamado *Pandora Papers*

revelando que o primeiro-ministro havia usado empresas de fachadas em paraísos fiscais para comprar uma mansão no Sul da França.

Entretanto, Babis não escondia sua ambição autoritária. Durante a campanha para reeleição, o tcheco se juntou ao autocrata-mor húngaro Viktor Orbán em seus comícios. Importante lembrar que Orbán é considerado uma inspiração pela família Bolsonaro, que já declarou publicamente que segue à risca o manual antidemocrático húngaro de combate à mídia crítica. Após os comícios, a oposição húngara percebeu a gravidade da reeleição e se juntou para derrotar Babis nas urnas.

2. Construir uma oposição unida em torno de um objetivo único

A única agenda que a oposição precisa ter em comum é derrotar o líder autoritário no poder. Os populistas nacionalistas raramente têm o apoio da maioria e somam apenas um terço dos votos do eleitorado, porém eles parecem ser mais numerosos porque são mais barulhentos e violentos. Esses líderes se aproveitam da instabilidade do sistema político para dividir a população e aumentar a polarização política, assim ganham os votos dos indecisos e se elegem.

Apesar de Babis estar sempre em evidência e pautar o debate público, “o grande trunfo tcheco foi manter o foco no inimigo e não se intimidar pelo clima de maioria” (STUENKEL, 2021). Ao abandonar seus egos e selar um acordo para derrotar a ameaça autoritária, a oposição liderada pelo conservador Petr Fiala assinou um compromisso escrito de não se juntar ao primeiro-ministro sob nenhuma circunstância. Assim, os partidos deixaram para debater as diferenças em outro momento, alinharam seus programas e, com isso, formaram uma coalizão que conquistou a maioria dos votos no pleito.

3. Transformar a eleição em um referendo sobre o governo populista de direita

Ao se manter no debate público constantemente por conta de pautas polêmicas, a oposição percebeu que seria impossível vencer Babis no debate. Assim, resolveram dar corda para ele mesmo se enforcar. Líderes populistas tendem a se manter em uma suposta guerra permanente para ganhar os holofotes. Por isso, inventam inimigos imaginários e transformam a política em um espetáculo interminável. Ao perceber o cansaço de parte da população, a oposição abriu mão de pautas polêmicas e prometeu aos eleitores uma simples volta à normalidade.

Cansados dessa constante “guerra cultural” e do estilo intenso e polarizador de

Bambis, a opinião pública passou a preferir a normalidade do que a algazarra conspiratória promovida pelo então primeiro-ministro. “Às vezes, a melhor forma de combater um populista é deixar que ele fale bastante”, concluiu Stuenkel.

4. Perdoar passado para não repeti-lo

Por mais difícil que seja, durante o pleito é preciso deixar as diferenças de lado e “não demonizar quem votou no autocrata nas eleições passadas”. (STUENKEL, 2021). Assim, o diálogo é reestabelecido e a mensagem de que é possível pessoas que pensam diferente trabalharem juntas ajuda a redemocratizar o debate eleitoral.

Esse clima de harmonia e reconciliação não só aproximou os eleitores arrependidos de Bambis para a coalizão democrática, como também ajudou muitos indecisos a decidirem seus votos diante de tantas mentiras do outro lado.

5. Solidariedade internacional

Nesse momento, é preciso aprender com as experiências internacionais e “trocar conselhos e estratégias com movimentos democráticos que já conseguiram derrubar seus líderes autoritários”. (STUENKEL, 2021) Foi assim que a República Tcheca tornou-se uma grande conhecedora de casos de sucessos de outros países, principalmente dialogando com o prefeito de Budapeste, na Hungria.

Durante o pleito de 2019, o então candidato húngaro de oposição Gergely Karácsony viajou a Varsóvia e a Istambul para aprender com os políticos que haviam vencido os populistas nas suas respectivas eleições municipais. Usando os exemplos da Polônia e da Turquia, Gergely consagrou-se vitorioso nas eleições contra o aliado de Viktor Orbán, István Tarlós. Então a República Tcheca utilizou a mesma estratégia para vencer Bambis.

No caso do Brasil, é possível aprendermos com os nossos vizinhos argentinos, bolivianos, peruanos, chilenos e também com os Estados Unidos, cujos candidatos progressistas se consagraram vitoriosos nas eleições presidenciais após a formação de uma frente ampla.

6. Entender que a vitória não encerra o desafio

“Mesmo após a derrota de um demagogo, a democracia permanece em risco”, afirma Stuenkel. Ao perder as eleições, os populistas dizem que se afastarão de vez da política, mas na realidade eles só esperam o enfraquecimento das alianças

democráticas que assumiram o poder para voltarem à cena. Isso porque muitos deles dependem do cargo para se proteger de investigações judiciais.

E o perigo é real, pois o fenômeno continua vivo. Ou seja, vira uma ideologia com adeptos cada vez mais barulhentos. Assim, ao saírem por um tempo do jogo político, os mesmos podem voltar ainda mais agressivos, apontando as falhas do atual governo e se colocando novamente contra o sistema tradicional.

Isso ocorreu na Nicarágua há 14 anos. Daniel Ortega, que presidiu o país de 1985 a 1990, passou anos à espreita e voltou ao poder em 2007, colapsando de vez a democracia. Nos Estados Unidos, o autoritário Donald Trump é o favorito para as prévias do Partido Republicano em 2024. O mesmo acontece na República Tcheca, com Babis já dando sinais de que tentará suceder o atual presidente Miloš Zeman.

Por fim, Stunkel lembra que nos próximos dois anos populistas autoritários tentarão a reeleição: Viktor Orbán na Hungria, Janez Janša na Eslovênia, Jair Bolsonaro no Brasil, Andrzej Duda na Polônia e Recep Erdoğan na Turquia. Por isso, as forças democráticas destes países terão que se unir e considerar a estratégia tcheca de como tirar um autocrata do poder.

No Brasil, as eleições presidenciais de 2022 serão decisivas para a sobrevivência da nossa democracia. Os prováveis candidatos já se movimentam no cenário político, mas alguns parecem estar no páreo apenas para fazer barulho e ajudar no caos eleitoral, dividindo os votos e impedindo uma vitória já no primeiro turno. Até o momento, não há indicativo de que se formará uma coalizão democrática para derrotar o atual presidente. Com o slogan “Nem Lula, nem Bolsonaro”, a tão sonhada terceira via dos partidos centrais parece ignorar o que quer 70% do eleitorado. Entretanto, temos um nome forte como candidato: o progressista e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lidera as intenções de votos em todas pesquisas de opinião feitas até o momento. Mesmo assim, levará anos para reconstruir toda a destruição causada por Jair Bolsonaro.

Finalmente, talvez o estado de sítio que Achille Mbembe tanto nos alertava já seja a nossa realidade, porém em uma configuração diferente. Enquanto imaginávamos essa condição de uma forma territorial, como abordado no livro *Necropolítica* (2018), ela já está imposta culturalmente, refletida nos nossos comportamentos. Deduzem que a sociedade nunca mais será a mesma após a pandemia da COVID-19, mas vale a pena refletir se o verdadeiro ponto de inflexão do século 21 já ocorreu no dia em que um populista autoritário voltou ao poder.

Referências

- ALBERGOTTI, R.; DWOSKIN, E.; TIMBERG, C.. **Inside Facebook, Jan. 6 violence fueled anger, regret over missed warning signs**. The Washington Post. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/technology/2021/10/22/jan-6-capitol-riot-facebook/>>. Acesso em 24 de out 2021.
- AMER, K.; NOUJAIM, J. **Privacidade Hackeada**. Estados Unidos: Netflix, 2019.
- ANDERSEN, D. **The state in democratic breakdowns: who, how, and why**. Disponível em: <https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/45036/1/gupea_2077_45036_1.pdf>. Acesso em 30 de Jun. 2020.
- ANGUIANO, D.; PAUL, K. **Facebook crisis grows as new whistleblower and leaked documents emerge**. The Guardian. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/technology/2021/oct/22/facebook-whistleblower-hate-speech-illegal-report>>. Acesso em 24 de out 2021.
- APPELBAUM, J.; ASSANGE, J.; MÜLLER-MAGHUN, A.; ZIMMERMANN, J. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. Tradução Cristina Yamagami. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ARRUDA, A. B. **Discussão sobre liberdade de expressão**. UOL. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lv-U4dOnUrc>>. Acesso em 25 de out. 2021.
- BANDEIRA, L. et al. **Facebook removes inauthentic network linked to Bolsonaro allies**. Disponível em: <<https://medium.com/dfrlab/facebook-removes-inauthentic-network-linked-to-bolsonaro-allies-5927b0ae750d>>. Acesso em 10 de Jul. 2020.
- BANK, D.; DiMAURO, D.; PEHME, M. **Get Me Roger Stone**. Estados Unidos: Netflix, 2017.
- BAUMAN, Z. **Entrevista Zygmunt Bauman. Fronteiras do Pensamento**. Londres, 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=POZcBNo-D4A&t=1453s>>. Acesso em 20 de Jul. 2020.
- BENKLER, Y.; FARIS, R.; ROBERTS, H. **Network Propaganda: manipulation, disinformation and radicalization in american politics**. Edição Inglês. USA: Oxford University Press, 2018.
- BERGAMO, M. **‘Motivo real’ de impeachment de Dilma foi falta de apoio, não pedaladas, afirma Barroso**. Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2022/02/motivo-real-de-impeachment-de-dilma-foi-falta-de-apoio-nao-pedaladas-afirma-barroso.shtml>>. Acesso em 2 de Fev. 2022.
- BOGADO, D.; PEEL, B.; ZINNI, N. **Trump: um sonho americano**. Estados Unidos: Netflix, 2018.

BRUNO, F.; CARDOSO, B. et al. **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CASSINO, J. F.; SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. (orgs.) **Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COSTA, P. **Democracia em Vertigem**. Brasil: Netflix, 2019.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. Tradução Carlos Szlak. 1 ed. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DEMORI, L.; GREENWALD, G. at el. **Linha do tempo da Vaza Jato**. The Intercept Brasil. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>>. Acesso em 10 de nov. 2021.

DuVERNAY, A. **13ª Emenda**. Estados Unidos: Netflix, 2016.

ECO, U. **O fascismo eterno**. Tradução Eliana Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. Tradução Arnaldo Bloch. 1 ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

ESTARQUE, M. **Imprensa também é responsável por crise da democracia e por eleição de Bolsonaro e Trump, diz Eliane Brum, ganhadora do prêmio Cabot**. Disponível em: <<https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/imprensa-tambem-e-responsavel-por-crise-da-democracia-e-por-eleicao-de-bolsonaro-e-trump-diz-eliane-brum-ganhadora-do-premio-cabot/?fbclid=IwAR1hdGh4SASPFwJ9XCwWKINO5LHZ-VUuvRwbFQKOke7IH6IOnCAosJqwP9c>>. Acesso em 1 de nov. 2021

GALLEGO, E. S. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARARI, Y. N. **21 lições para o século 21**. Tradução Paulo Geiger. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HAUGEN, F. **Protegendo crianças online: testemunho de um denunciante do Facebook**. Disponível em: <www.franceshaugen.com/blog/b9xslswihkike7639nn4ie23odz9eqy>. Acesso em 24 de out 2021.

HAWES, J.. **Black Mirror: Smithereens**. Reino Unido: Netflix, 2019.

HORWITZ, J. et al. **The Facebook Files**. The Wall Street Journal. Disponível em: <<https://www.wsj.com/articles/the-facebook-files-11631713039>>. Acesso em 24 de out 2021.

LEVITSKY, S., & ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Tradução Renato

Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEMOS, R. **Como as redes digitais demolem a cultura e ampliam a ansiedade**. Folha de S. Paulo: artigo de opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/10/como-as-redes-digitais-demolem-a-cultura-e-ampliam-a-ansiedade.shtml>>. Acesso em 17 de out. 2021.

_____. **Smartphones impulsionam um novo tipo de solidão**. Folha de S. Paulo: artigo de opinião. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ronaldolemos/2021/10/smartphones-impulsionam-um-novo-tipo-de-solidao.shtml>>. Acesso em 18 de out. 2021.

MALINI, F. **Revolução brasileira no século 21 e as redes digitais**. PSBNacional40. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=55rqolbzM8w&t=4464s>>. Acesso em 7 de nov. 2021.

MANZANO, F. **Ataques de 11 de Setembro**. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/11/ataques-de-11-de-setembro-veja-video-que-mostra-minuto-a-minuto-como-foram-os-atentados.ghtml>>. Acesso em 13 de out 2021.

MASSIS, D. **‘Somos cada vez menos felizes e produtivos porque estamos viciados na tecnologia’**. BBC News Mundo. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51409523>>. Acesso em 31 de jul. 2020.

MBEMBE, A.. **Necropolítica**. Tradução Renata Santini. 3 ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

_____. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**. Folha de S. Paulo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em 10 de nov. 2021.

MORAIS, F. **Fernando Moraes entrevista Julian Assange**. Disponível em: <https://www.youtube.com/playlist?list=PLbE2-D-NcMD7bF-vZIQG7iB5pI3l_G0Y1>. Acesso em 5 de mar. 2019.

RIBEIRO, M. M. **Mídias Sociais e Câmaras de Eco**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RpVpYBBZLXg>>. Acesso em 29 de set. 2021.

MOROZOVI, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução Claudio Marcondes. 1 ed. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NOBRE, M. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2020.

ORLOWSKI, J. **O dilema das redes**. Estados Unidos: Netflix, 2020.

ORTELLADO, P. **Circuito de informação da direita se descolou da grande**

imprensa. Folha de S. Paulo. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2018/12/circuito-de-informacao-da-direita-se-descolou-da-grande-imprensa.shtml>>. Acesso em 17 de out. 2021.

_____. **Desplataformizem Bolsonaro.** O Globo. Disponível em:
<<https://oglobo.globo.com/politica/artigo-desplataformizem-bolsonaro-esta-na-hora-de-considerarmos-banimento-do-presidente-das-redes-sociais-diz-pablo-ortellado-25253175>>. Acesso em 27 de out. 2021.

_____. **As principais revelações dos documentos do Facebook.** O Globo. Disponível em:<<https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaopost/principais-revelacoes-dos-documentos-do-facebook.html>>. Acesso em 6 de nov. 2021.

ORWELL, G. **1984.** Tradução Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **A revolução dos bichos: um conto de fadas.** Tradução Heitor Aquino Ferreira. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

POITRAS, L. **Citizenfour.** Estados Unidos: Praxis Films, 2014.

_____, L. **Risk.** Estados Unidos: Netflix, 2016.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim.** Tradução Sergio Flaksman. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2018.

SNOWDEN, E. **Eterna vigilância.** Tradução Sandra Martha Dolinsky. 1 ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SOARES, L. E. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

_____. **A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade.** 1 ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”.** Tradução Bruno Alexander. 4 ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

STONE, O. **Entrevistas com Putin.** Site Nocaute. Disponível em:
<https://www.youtube.com/playlist?list=PLbE2-D-NcMD7bF-vZIQG7iB5pI3l_G0Y1>. Acesso em 31 de jul. 2020.

_____. **Snowden - Herói ou Traidor.** Estados Unidos: Netflix, 2016.

STUENKEL, O. **Como tirar um autocrata do poder.** Revista Piauí. Disponível em:
<<https://piaui.folha.uol.com.br/como-tirar-um-autocrata-do-poder/>>. Acesso em 7 de

nov. 2021.

STUMPF, I. R. C. **Pesquisa bibliográfica**. In DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ZUBOFF, S. **Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization**". Journal of Information Technology, v. 30, 2015, p. 75-89. (N.E.)

_____. **A Era do Capitalismo de Vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução George Schlesinger. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

KAISER, B. **Manipulados: como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque**. Tradução Roberta Clapp, Bruno Fiuza. 1 ed. – Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.

KARNAL, L. **Duas livrarias e uma cidade**. O Estado de S. Paulo. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,duas-livrarias-e-uma-cidade,70003439109>>. Acesso em 16 de set. 2020.

KAKUTANI, M. **A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump**. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. 1 ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Ana Thorell. 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WNENDT, D. **Ele está de volta**. Alemanha: Mythos, 2015.

ANEXO 1

COMITÊ DO SENADO DOS ESTADOS UNIDOS SOBRE COMÉRCIO, CIÊNCIA E
TRANSPORTE
SUBCOMITÊ DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR, SEGURANÇA DO PRODUTO E
SEGURANÇA DE DADOS

Protegendo crianças online: testemunho de uma denunciante do Facebook

DECLARAÇÃO DE ABERTURA DE FRANCES HAUGEN

“Boa tarde Presidente Blumenthal, membro do Ranking Blackburn e membros do Subcomitê. Obrigada pela oportunidade de comparecer perante vocês. Meu nome é Frances Haugen. Eu trabalhava no Facebook. Entrei no Facebook porque acho que o Facebook tem potencial para trazer à tona o que há de melhor em nós. Mas estou aqui hoje porque acredito que os produtos do Facebook prejudicam as crianças, alimentam a divisão e enfraquecem nossa democracia. A liderança da empresa sabe como tornar o Facebook e o Instagram mais seguros, mas não fará as mudanças necessárias porque colocou seus lucros astronômicos antes das pessoas. É necessária ação do Congresso. Eles não resolverão esta crise sem a ajuda de vocês.

Ontem, vimos o Facebook ser retirado da internet. Não sei por que caiu, mas sei que por mais de cinco horas o Facebook não foi usado para aprofundar divisões, desestabilizar democracias e fazer meninas e mulheres se sentirem mal com seus corpos. Isso também significa que milhões de pequenas empresas não foram capazes de alcançar clientes em potencial e inúmeras fotos de novos bebês não foram comemoradas com alegria pela família e amigos em todo o mundo. Eu acredito no potencial do Facebook. Podemos ter mídias sociais de que gostamos, que nos conectem, sem destruir nossa democracia, colocando nossos filhos em perigo e semeando a violência étnica em todo o mundo. Podemos fazer melhor.

Trabalho como gerente de produto em grandes empresas de tecnologia desde 2006, incluindo Google, Pinterest, Yelp e Facebook. Meu trabalho tem se concentrado principalmente em produtos algorítmicos, como a Pesquisa do Google+ e sistemas de recomendação como o que alimenta o *feed* de notícias do Facebook. Tendo trabalhado em quatro tipos diferentes de redes sociais, eu entendo como esses problemas são complexos e matizados. No entanto, as escolhas feitas dentro do Facebook são desastrosas - para nossos filhos, para nossa segurança pública, para

nossa privacidade e para nossa democracia - e é por isso que devemos exigir que o Facebook faça mudanças.

Durante meu tempo no Facebook, primeiro trabalhando como gerente de produto principal para *Civic Misinformation* e depois na *Counter-Espionage*, vi repetidamente o Facebook encontrar conflitos entre seus próprios lucros e nossa segurança. O Facebook consistentemente resolveu esses conflitos em favor de seus próprios lucros. O resultado tem sido mais divisão, mais danos, mais mentiras, mais ameaças e mais combate. Em alguns casos, essa conversa online perigosa levou à violência real que prejudica e até mata pessoas.

Não se trata simplesmente de certos usuários de mídias sociais ficarem zangados ou instáveis, ou de um lado se radicalizar contra o outro. É o Facebook escolhendo crescer a todo custo, tornando-se uma empresa de quase um trilhão de dólares ao comprar seus lucros com a nossa segurança.

Durante meu tempo no Facebook, percebi uma verdade devastadora: quase ninguém fora do Facebook sabe o que acontece dentro do Facebook. Intencionalmente, a empresa oculta informações vitais do público, do governo dos Estados Unidos e de governos em todo o mundo. Os documentos que forneci ao Congresso provam que o Facebook repetidamente enganou o público sobre o que sua própria pesquisa revela sobre a segurança das crianças, a eficácia de seus sistemas de inteligência artificial e seu papel na disseminação de mensagens polarizadoras e radicais. Eu me apresentei porque acredito que todo ser humano merece a dignidade da verdade.

A gravidade desta crise exige que rompamos nossos quadros regulatórios anteriores. O Facebook quer induzi-los a pensar que as proteções de privacidade ou alterações na Seção 230 serão suficientes. Embora importantes, eles não chegarão ao cerne da questão - que ninguém realmente entende as escolhas destrutivas feitas pelo Facebook, exceto o Facebook. Não podemos permitir nada menos do que transparência total.

Enquanto o Facebook estiver operando nas sombras, escondendo sua pesquisa do escrutínio público, ele é inexplicável. Até que os incentivos mudem, o Facebook não mudará. Deixado sozinho, o Facebook continuará a fazer escolhas que vão contra o bem comum. Nosso bem comum.

Quando percebemos que as gigantes empresas de tabaco estavam escondendo os danos que causavam, o governo entrou em ação. Quando

descobrimos que os carros eram mais seguros com cintos de segurança, o governo entrou em ação. E quando o governo soube que os opióides estavam tirando vidas, o governo entrou em ação. Eu imploro que vocês façam o mesmo aqui.

Hoje, o Facebook molda nossa percepção do mundo escolhendo as informações que vemos. Mesmo aqueles que não usam o Facebook são afetados pela maioria que o faz. Uma empresa com influência tão assustadora sobre tantas pessoas - sobre seus pensamentos, sentimentos e comportamentos mais profundos - precisa de supervisão real.

Mas o design fechado do Facebook significa que ele não tem supervisão real. Somente o Facebook sabe como ele personaliza seu *feed* para você. Em outras grandes empresas de tecnologia como o Google, qualquer pesquisador independente pode baixar da internet os resultados de pesquisa da empresa e escrever artigos sobre o que encontram (e fazem). Mas o Facebook se esconde atrás de paredes que impedem os pesquisadores e reguladores de entender a verdadeira dinâmica de seu sistema. O Facebook dirá que privacidade significa que eles não podem fornecer dados - isso não é verdade.

Quando as empresas de tabaco alegaram que os cigarros filtrados eram mais seguros para os consumidores, os cientistas puderam invalidar de forma independente essa mensagem de marketing e confirmar que, na verdade, eles representavam uma ameaça maior à saúde humana. O público não pode fazer o mesmo com o Facebook - não temos outra opção do que aceitar suas mensagens de marketing com fé cega. A empresa não apenas esconde a maior parte de seus próprios dados, mas minha divulgação provou que quando o Facebook é questionado diretamente sobre questões tão importantes como “Como você afeta a saúde e a segurança de nossos filhos?”, o Facebook opta por enganar e desorientar. O Facebook não conquistou nossa fé cega.

Essa incapacidade de ver os sistemas reais do Facebook e confirmar se eles funcionam conforme comunicado é como o Departamento de Transporte regulando os carros apenas observando-os dirigir na rodovia. Hoje, nenhum regulador tem um menu de soluções para consertar o Facebook, porque o Facebook não queria que eles soubessem o suficiente sobre o que está causando os problemas - caso contrário, não seria necessário um denunciante. Como o público deve avaliar se o Facebook está resolvendo conflitos de interesse de uma forma alinhada com o bem público, se o público não tem visibilidade de como o Facebook funciona?

Isso deve mudar.

O Facebook quer que você acredite que os problemas dos quais estamos falando são insolúveis. Eles querem que você acredite em escolhas falsas. Eles querem que você acredite que deve escolher entre um Facebook cheio de conteúdo divisionista e extremo ou perder um dos valores mais importantes em que este país foi fundado: a liberdade de expressão. Que você deve escolher entre a supervisão pública das escolhas do Facebook e sua privacidade pessoal. Que para poder compartilhar fotos divertidas de seus filhos com velhos amigos, você também deve ser inundado por viralidade movida pela raiva. Eles querem que você acredite que isso é apenas parte do negócio.

Estou aqui hoje para dizer que isso não é verdade. Esses problemas têm solução. Uma mídia social mais segura, com respeito à liberdade de expressão e mais agradável é possível. Mas se há uma coisa que espero que todos tirem dessas divulgações é que o Facebook pode mudar, mas claramente não vai fazer isso por conta própria. Meu medo é que, sem ação, os comportamentos divisionistas e extremistas que vemos hoje sejam apenas o começo. O que vimos em Mianmar e estamos vendo na Etiópia são apenas os capítulos iniciais de uma história tão assustadora que ninguém quer ler o final dela.

O Congresso pode mudar as regras que o Facebook segue e impedir os muitos danos que agora está causando.

Agora sabemos a verdade sobre o impacto destrutivo do Facebook. Eu realmente aprecio a seriedade com que os membros do Congresso e da Comissão de Valores Mobiliários estão tratando dessas questões. Avancei, com grande risco pessoal, porque acredito que ainda temos tempo para agir. Mas devemos agir agora.

Estou pedindo a vocês, nossos representantes eleitos, que hajam.

Obrigada.”

ANEXO 2

ANJOS TRONCHOS - Caetano Veloso

Uns anjos tronchos do Vale do Silício
 Desses que vivem no escuro em plena luz
 Disseram: vai ser virtuoso no vício
 Das telas dos azuis mais do que azuis

Agora a minha história é um denso algoritmo
 Que vende venda a vendedores reais
 Neurônios meus ganharam novo outro ritmo
 E mais e mais e mais e mais e mais e mais

Primavera Árabe – e logo o horror
 Querer que o mundo acabe-se
 Sombras do amor

Palhaços líderes brotaram macabros
 No império e nos seus vastos quintais
 Ao que revêm impérios já milenares
 Munidos de controles totais

Anjos já mi ou bi ou trilionários
 Comandam só seus mi, bi, trilhões
 E nós, quando não somos otários
 Ouvimos Shoenberg, Webern, Cage, canções...

Ah, morena bela Estás aqui
 Sem pele, tela a tela
 Estamos aí
 Um post vil poderá matar
 Que é que pode ser salvação?
 Que nuvem, se nem espaço há
 Nem tempo, nem sim nem não
 Sim: nem não

Mas há poemas como jamais
 Ou como algum poeta sonhou
 Nos tempos em que havia tempos atrás
 E eu vou, por que não?
 Eu vou, por que não? Eu vou

Uns anjos tronchos do Vale do Silício
 Tocaram fundo o minimíssimo grão
 E enquanto nós nos perguntamos do início
 Miss Eilish faz tudo do quarto com o irmão

ANEXO 3

Duas livrarias e uma cidade

Leandro Karnal

A cidade era famosa pela população ordeira e leitora. Na rua principal, duas livrarias alimentavam a avidez do povo de Santa Cruz com ideias impressas. Eram separadas por poucos metros e, talvez, por milhares de quilômetros. Explico-me.

A livraria “Cruzador Aurora” sempre apostou no discurso engajado. Colocou cartaz dizendo que ali não se admitia racismo ou misoginia! A trilha sonora interna tocava Violeta Parra. A cada semana, a vitrina anunciava uma promoção: “Compre seus autores aqui, 10% do lucro será dirigido para quilombolas”. Alunos de humanas e algumas ovelhas desgarradas das engenharias compravam e davam preferência por levar os livros em sacolas feitas por comunidades com materiais orgânicos. Todos os clientes recebiam a atenção especial de um grupo simpático de vendedoras, vendedores e “vendedorxs”. Uma severa política de cotas no RH privilegiava mulheres negras nas contratações. Transgêneros e imigrantes também encontravam abrigo trabalhista. O espaço tradicional era quase um soviét harmônico, uma república feliz no coração de uma *Woodstock* que nunca se encerrava.

A outra, oposta, era a livraria “Ordem e Progresso”. Livros bem encadernados, obras completas de Plínio Salgado, grandes romances clássicos, *best-sellers* de denúncias contra ONGs e contra a esquerda. Na entrada, em destaque, o cliente era apresentado ao *Livro Negro do Comunismo*, um libelo contra regimes vermelhos. Metros adiante, na livraria rival, exibia-se, com o mesmo destaque, *O Livro Negro do Capitalismo*.

Desejava adquirir algo sobre Von Mises e suas ideias econômicas? Sempre havia boas ofertas na “Ordem e Progresso”. Faltava-lhe algum volume de Marx ou Foucault? A rival era seu destino. *As Veias Abertas da América Latina?* encabeçava a lista dos mais vendidos na rubra. *Manual do Perfeito Idiota Latino-Americano* era avidamente consumido pela outra.

As duas ilhas conviviam quase sempre de forma tranquila. Tinham seu público. Uma não roubava clientes da outra. Viviam em dois planetas distintos, cada qual com seu sol, como o de Krypton era vermelho e o da Terra sempre seria amarelo.

A partir de 2013, a tensão entre as lojas aumentou. Por um gesto extraordinário de marketing, a “Aurora” (como era conhecida pelos fãs) conseguiu uma palestra de

Judith Butler. Foi a declaração de guerra. Cartazes, acusações recíprocas, *fake news*, manifestações: os grupos elevaram o tom quase às vias de fato. A vingança veio um mês depois: a “Ordem e Progresso” (não tinha apelido porque seus leitores detestavam informalidades) convidou Roger Scruton, um ano antes do falecimento do britânico. A cenografia antípoda se repetiu. “Vai para Cuba, comunista safado” era jogado ao sol de outono. “Fascista lambedor de coturno”, vociferava o grupo oposto.

A pequena cidade de Santa Cruz oscilava entre os dois núcleos comerciais. Famílias inteiras eram devastadas porque se descobria que uma parte comprava no reduto “conservador” e outra na “vanguarda dos povos”. Natais foram estragados. Grupos de WhatsApp eram feitos a partir da opção de compra. Quase toda família tinha um só com os parentes que frequentavam uma livraria e outro com os leitores que estavam na outra. Não se permitiam trânsfugas. Quem decidisse ler outra coisa ou dizer que amava Machado de Assis apenas, sem ideologias políticas, sem panfletos, era apupado como “isentão”!

A cizânia era tão venenosa que o juiz local decidiu convidar os donos dos estabelecimentos para uma conversa franca. Não era possível transformar a rua principal de Santa Cruz em uma fronteira armada da Guerra Fria. “Basta”, bradou o dr. Sanderson Turlan. Aproveitou-se de uma queixa formal, decidiu assumir um papel moderador. Pediu a presença do delegado como testemunha para o choque de duas placas tectônicas bibliográficas.

No dia do encontro, com a pontualidade de fazer corar um calvinista de Zurique, entrou um simpático senhor de meia-idade. A roupa e os modos anunciavam dinheiro sólido. “Sou o proprietário”, anunciou com voz de barítono. “De qual delas?”, perguntou o juiz sob olhar atento do delegado. “De ambas”, ele respondeu com serenidade. Houve prolongado silêncio na sala de móveis austeros. “Como assim?”, disseram, quase ao mesmo tempo, os dois. Estavam atônitos! O desconhecido arrumou os óculos e narrou que o mercado estava polarizado. Apostar em um segmento era invalidar o outro. Assim, com promoções aparentemente rivais, ele conseguia atender as duas torcidas e manter um excelente capital de giro. Havia momentos (como no governo Lula) em que uma livraria “bombava”. Em outros, como nos anos Bolsonaro, fortalecia-se o plantel da outra. “Nunca sabemos quem estará no poder, assim, decidimos apostar nos dois setores.” “Qual seu nome, meu senhor?”, perguntou o delegado. Sou Joseph Itadesco, disse o homem pigarreando em um lenço de tons alaranjados e com borda vermelha. Nunca tivera partido, afirmava. Era a favor

do país.

A audiência informal foi encerrada. Não havia crime em ter duas lojas e os impostos estavam em dia. O zeloso empreendedor agradeceu e se retirou. Já na porta, voltou-se e anunciou uma terceira livraria: a “Rosa Cálida”. Ela venderia apenas livros de autoajuda e romances espíritas e declararia, desde a porta, sua absoluta neutralidade política. Por que brigar se você pode optar agora por três projetos distintos? Esperança tem CNPJ?

*Leandro Karnal é historiador e escritor

O Estado de São Paulo, 16 de setembro de 2020